

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
BACHARELADO EM DIREITO

VINÍCIUS BRASIL BARK

**ESTÉTICA DA VIOLÊNCIA EM BLOOD MERIDIAN “MERIDIANO DE SANGUE”, DE
CORMAC MCCARTHY: ESTADO DE EXCEÇÃO E NECROPOLÍTICA A PARTIR DO
JUIZ HOLDEN**

CURITIBA
2019

VINÍCIUS BRASIL BARK

ESTÉTICA DA VIOLÊNCIA EM BLOOD MERIDIAN “MERIDIANO DE SANGUE”, DE
CORMAC MCCARTHY: ESTADO DE EXCEÇÃO E NECROPOLÍTICA A PARTIR DO
JUIZ HOLDEN

Monografia requisito para conclusão
do de bacharelado em Direito
(período noturno), Setor de Ciências
Jurídicas da Universidade do Paraná.

CURITIBA
2019

TERMO DE APROVAÇÃO

Vinícius Brasil Bark

ESTÉTICA DA VIOLÊNCIA EM BLOOD MERIDIAN “MERIDIANO DE SANGUE”, DE CORMAC MCCARTHY: ESTADO DE EXCEÇÃO E NECROPOLÍTICA A PARTIR DO JUIZ HOLDEN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do título de bacharel em Direito na Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 04 de dezembro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Prestes Pazello - Orientador
UFPR

Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig
UFPR

Prof. Dr. André Peixoto de Souza
UFPR

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma singela a minha mãe, pedra fundamental da minha vida, e que me ensina diariamente a viver com dignidade e amor. Também ofereço meus préstimos a minha irmã e sua filhinha pelo afeto e determinação que seguem em suas vidas. E ao meu irmão de coração Marlos Kenji.

Agradeço aos professores do curso e, em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Prestes Pazello, pela paciência e dedicação.

Pedro Perdigão, Lugan e Aukai por sua acidez intelectual e suas lições diárias. Isabelle, Pedro Pistelli, Leonardo, Amanda, Marina e Emanuel por falarem comigo sobre literatura e serem ótimos amigos, Alice, Carol Luz e Thais por ser sempre gentis e verdadeiras e exemplos de vida.

Ao Luís Machado, Rennan, Kauan, Juliana e Vitor por terem me recebido tão bem quando entrei tardiamente na UFPR.

Ao Majup e depois ao ATP por terem ajudado a quebrar o tédio que é a universidade, aos demais familiares, amigos e amigas que encontrei no caminho, é um porre escrever agradecimentos, termino por aqui.

RESUMO

A partir do livro “Meridiano de sangue” busquei conceituar as formas de violência (mesmo as fora do estado) presentes na conquista do oeste pelos estadunidenses, e elencar o verdadeiro testemunho como forma de resistência à usurpação histórica inerente ao mito da conquista do ocidente norte americano.

Palavras chaves: Meridiano de sangue - violência - oeste - necropolítica, literatura - Estado - Destino Manifesto - Juiz Holden - Testemunha Guerra - Deus.

ABSTRACT

From the book "Blood Meridian" I sought to conceptualize the forms of violence (even those outside the state) present in the conquest of the west by the Americans, and to list the true testimony as a form of resistance to the historical usurpation inherent in the myth of the conquest of the north west. American.

Keywords: Blood meridian - violence - west - necropolitical, literature - State - Destiny Manifest - Judge Holden - Witness War - God.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 A FIRMEZA DO ESTADO.....	11
2 A VIOLÊNCIA NO DESTINO MANIFESTO.....	15
3 JUIZ HOLDEN.....	22
3.1 O JUIZ COMO ANTI-TESTEMUNHA.....	26
4 A GUERRA É DEUS.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

INTRODUÇÃO

O universo (que outros chamam a Biblioteca) compõe-se de um número indefinido, e talvez infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no centro, cercados por balaustradas baixíssimas. De qualquer hexágono, vêem-se os andares inferiores e superiores: interminavelmente. A distribuição das galerias é invariável. Vinteprateleiras, em cinco longas estantes de cada lado, cobrem todos os lados menos dois; sua altura, que é a dos andares, excede apenas a de um bibliotecário normal. Uma das faces livres dá para um estreito vestíbulo, que desemboca em outra galeria, idêntica à primeira e a todas. A esquerda e à direita do vestíbulo, há dois sanitários minúsculos. Um permite dormir em pé; outro, satisfazer as necessidades físicas. Por aí passa a escada espiral, que se abisma e se eleva ao infinito. No vestíbulo há um espelho, que fielmente duplica as aparências. Os homens costumam inferir desse espelho que a Biblioteca não é infinita (se o fosse realmente, para que essa duplicação ilusória?), prefiro sonhar que as superfícies polidas representam e prometem o infinito... A luz procede de algumas frutas esféricas que levam o nome de lâmpadas. Há duas em cada hexágono: transversais. A luz que emitem é insuficiente, incessante. (BORGES, 1999, p. 38).

O jardim de veredas que se bifurcam é uma enorme charada, ou parábola, cujo tema é o tempo; essa causa recôndita proíbe-lhe a menção de seu nome. Omitir sempre uma palavra, recorrer a metáforas ineptas e a perífrases evidentes, é quiçá o modo mais enfático de indicá-la. E o modo tortuoso que preferiu, em cada um dos meandros de seu infatigável romance, o oblíquo Ts'ui Pen. Confrontei centenas de manuscritos, corriji os erros que a negligência dos copistas introduziu, conjecturei o plano desse caos, restabeleci, acreditei restabelecer, a ordem primordial, traduzi a obra toda: consta-me que não usa uma única vez a palavra tempo. A explicação é óbvia: O jardim de veredas que se bifurcam é uma imagem incompleta, mas não falsa, do universo tal como o concebia Ts'ui Pen. Diferentemente de Newton e de Schopenhauer, seu antepassado não acreditava num tempo uniforme, absoluto. Acreditava em infinitas séries de tempos, numa rede crescente e vertiginosa de tempos divergentes, convergentes e paralelos. Essa trama de tempos que se aproximam, se bifurcam, se cortam ou que secularmente se ignoram, abrange todas as possibilidades. Não existimos na maioria desses tempos; em alguns existe o senhor e não eu; em outros, eu, não o senhor; em outros, os dois. Neste, em que me deparo com favorável acaso, o senhor chegou à minha moradia; em outro, o senhor, ao atravessar o jardim, encontrou-me morto; em outro, digo estas mesmas palavras, mas sou um erro, um fantasma. (BORGES, 1999, p. 48)

O tempo é a linha que forma, ou deforma a história, ele credencia narrativas ou as anula e a partir da prática artística esse novelo de intrincados pontos pode ser tocado e revelado desde a alteridade, uma alteridade absoluta que em tantos momentos causa desconforto.

“Meridiano de Sangue” é um desses exemplos, mas há outros. Roberto Bolaño, em seu monumental “2666”, ao lidar com a violência fronteiriça partindo de uma perspectiva mexicana relata nesse distinto labirinto um estar no mundo (contemporâneo nesse caso) de completa violência, e a negação dela, seja na conquista do ocidente pelos norte-americanos, ou na contemporaneidade mexicana é um erro.

As descrições de massacres e a absoluta falta de horizonte moral das personagens, a prosa ao mesmo tempo seca e lírica, as ambientações detalhistas, a figura marcante do juiz Holden e o ritmo quase cinematográfico da narrativa tornarão inevitável a imersão no “meridiano sangrento”. E nesse hábitat em que a alteridade torna-se possível, quando é relatada a violência da conquista do oeste McCarthy tenciona quebrar o mito desta conquista, oferecendo um novo em seu lugar, o mito da mera violência, como instituto fundante da cultura norte americana.

Para compor a história, McCarthy pesquisou sobre eventos reais ocorridos entre os anos de 1840 e 1850 na fronteira do Texas com o México envolvendo a chamada “Gangue Glanton”, um grupo de caçadores de escalpos liderados por John Joel Glanton, que realmente existiu. Numa região pontuada por conflitos com povos indígenas, eles firmaram contratos com governadores de estados mexicanos, pelos quais receberiam US\$ 100 por escalpo (tal prática era sancionada pelo república mexicana oitocentista e buscava intensificar o genocídio dos povos ameríndios não pacificados) e US\$ 1 mil pela cabeça de Gómez, líder de uma gangue de comanches que dizimou uma vila em Chihuahua.

O “faroeste de McCarthy” é assim despojado de falsos dilemas entre o bem e o mal, o herói e o vilão, evitando tanto as lendas da conquista do Oeste encarnadas por John Wayne quanto o ideário do bom selvagem ao retratar os povos indígenas. De ambos os lados existia a violência, mas o contexto, como a planificação voltada ao extermínio pela atuação do poder soberano, implicava um mal completamente diferente ao empregado pelos povos tradicionais da região.

A personagem de Holden é uma das mais marcantes da literatura estadunidense. Como disse Harold Bloom em entrevista: “A violência é o livro. O juiz é o livro, e o juiz é,

ao lado de Moby Dick, a mais monstruosa aparição em toda literatura americana. O juiz é a violência encarnada”. Holden é um demiurgo com poderes quase míticos dentro da narrativa. Tem mais de dois metros e dez de altura (apesar das mãos e pés diminutos, femininos) e o corpo completamente desprovido de pêlos, inclusive cílios e sobrancelhas. Domina várias línguas e viajou pela Europa, já o restante da tropa comandada por Glanton mal consegue articular frases completas. Possui conhecimentos científicos e registra em uma caderneta que traz nos bolsos desenhos e anotações sobre fauna e flora. Polido, sedutor, manipulador, seja numa festa dançando e tocando violino ou escarpelando vítimas, afogando filhotes de cães por prazer e degolando uma criança sem qualquer motivo, age com a mesma arrogância, seguro de sua imortalidade.

E dentro da colmeia de aflições que é o livro, temos temas panorâmicos retratados, como o “Destino Manifesto”, “colonialismo” e “imperialismo”, bem como a manipulação histórica. Situações que quase sempre pairam sobre o Juiz Holden. Irei tratar também do controle da palavra, e em como a linguagem reverbera na violência. O direito se antevê em pequenos traços do romance, já que mesmo numa terra sem lei existe espaço para a lógica contratual, o que é percebido na relação próxima entre Trias e Holden.

1 A FIRMEZA DO ESTADO

O olvidamento histórico é um dos pontos mais violentos dentro do romance “Meridiano de Sangue”, e tal fato se revela mais incipiente, quando pensamos na visão fílmica hollywoodiana e em como ela ajudou a moldar a ilusão de colonos bons e pacíficos, que só buscavam ir para o Oeste para estabelecer fazendas e criar gado, entretanto eram sempre vitimados por cruéis e sanguinários índios escarpeladores que tentavam, a todo custo, e apenas por sua maldade e virulência, impedir isso. Filmes hollywoodianos adornavam um Ocidente irreal, uma construção histórica falseada que engendrou no mais poderoso mito norte americano.

A alegoria criada do Oeste estadunidense se deteriora logo nas primeiras páginas do romance:

O velho balançou a cabeça para trás e para a frente.
É duro o caminho do transgressor.
Deus fez este mundo, mas não o fez bom para todos, não é?
Não parece que pensava muito em mim.
Sei, disse o velho. Mas onde chega o homem com suas ideias.
Que mundo já viu de que gostasse mais?
Posso imaginar muito lugar melhor e muita vida melhor.
Consegue fazer existir? Não. Não. (MCCARTHY, 2009, p. 28)”

A opacidade da fala do eremita reflete a incompreensão da vida que era vivida no ocidente distante norte americano, os migrantes que despojaram as terras da América em fuga do velho mundo buscavam um éden perdido, mas o que se viu em terreno prático foi a desolação em seu modo mais estrito. Um ser/estar no mundo que confabula com práticas e vivências da violência já distantes do aburguesado continente Europeu.

E nesse ínterim cabe destacar o papel dos povos indígenas que lá viviam. A forma como o romance os descreve se mescla ao medo bíblico do desconhecido:

Uma legião medonha, às centenas em número, seminus ou vestidos em trajes áticos ou bíblicos ou ataviados como num sonho febril com as peles de animais e ornatos de seda e peças de uniforme ainda marcadas pelo sangue de

seus donos originais, capote de dragoons trucidados, casacos de cavalaria com galões e alamares, um de cartola e outro com um guarda-chuva e mais outro com longas meias brancas de mulher e um véu de noiva manchado de sangue e alguns com cocares de penas de grou ou capacete de couro cru ostentando chifres de touro ou búfalo e um metido em um fraque ao contrário e de resto nu e outro com a armadura de um conquistador espanhol, o peitoral e as espaldeiras com fundas mossas de antigos golpes de maça ou sabre feitos em outro país por homens cujos ossos eram agora pó e muitos ainda com suas tranças entrelaçadas ao pelo de outras feras a ponto de arrastar no chão e as orelhas e rabos de seus cavalos ornamentados com retalhos de tecidos coloridos brilhantes e um cujo animal tinha a cabeça inteira pintada de escarlata e os rostos de todos os cavaleiros lambuzados de tinta de um jeito espalhafatoso e grotesco como uma companhia de palhaços a cavalo, hilários mortais, todos ululando em uma língua bárbara e caindo sobre eles como uma horda de um inferno ainda mais horrível que o mundo sulfuroso do juízo cristão, guinchando e gritando e amortalhados em fumaça como esses seres vaporosos de regiões além da justa apreensão onde o olho erra e os lábios balbuciam e babam. (MCCARTHY, 2009, p. 31)

O relevo que é encenado no livro revela um panorama saído dos infernos narrados por Dante Alighieri, o ocidente americano ascendendo como o limbo em que vidas poderiam ser tomadas ao bel prazer por um Demiurgo distante do deus cristão civilizador. Todo o espaço criado revela um palco apocalíptico, no qual os nativos naturais da terra ‘desbravada’ são seres bestiais, e dessa bestialidade nasce uma violência inapelável que confronta o homem branco civilizador. O livro não prefigura um discurso estereotipado para as minorias indígenas, ele trata a violência como um jogo, uma disputa entre dois pólos essencialmente brutais, mas com ressalvas essenciais, uma das violências se legitima pelo Estado, por mais que se desenrole fora do estado de direito, enquanto outra se desenha sem a perspectiva ou legitimidade de um Estado fundador.

Pierre Clastres em “Sociedade Contra o Estado” faz um desenho mítico da peregrinação dos Tupi contra o poder crescentes dos chefes, como forma embrionária da formação do Estado, e na contramão a eles se referenciam os profetas que imbuídos de um impulso destrutivo pregavam como “karai!”

é a palavra profética, palavra virulenta, eminentemente subversiva que chama os índios a empreender o que se deve reconhecer como a destruição da sociedade. (CLASTRES, 2012, p. 190).

A sociedade Guarani começou a se preocupar com o mal que ronda o mundo, e em protesto a essa junção de males, os profetas buscavam a terra sem mal. Infelizmente tal propósito é efêmero na sociedade capitalista, não existe espaço no capitalismo sem a virulência humana, sem os anseios do seu progresso insólito, e essencialmente não existe mais convivência pacífica desde o mercantilismo para sociedades sem estado.

O profetismo tupi-guarani é a tentativa heróica de uma sociedade primitiva para abolir a infelicidade na recusa radical do Um como essência universal do Estado. Essa leitura “política” de uma constatação metafísica deveria então incitar a colocar uma questão, talvez sacrílega: não se poderia submeter a semelhante leitura toda a metafísica do Um? Que acontece ao Um como Bem, como objeto preferencial, que, desde sua aurora, a metafísica ocidental impõe ao desejo do homem? Detenham-nos nesta perturbadora evidência: o pensamento dos profetas selvagens e aquele dos gregos antigos pensam a mesma coisa, o Um; mas o índio guarani diz que o Um é o Mal, ao passo que Heráclito diz que ele é o Bem. (CLASTRES, 2012, p. 192).

E é esse o choque primordial que dá cores às páginas em que há o confronto entre os “aborígenes” locais, e o povo branco conquistador. Enquanto é nítida a estranheza dos migrantes que pavoneiam o território do ocidente desbravado, é também com relutância que estes são recebidos pelos povos tradicionais que historicamente lá habitavam.

O conceito de Estado norte-americano oitocentista deriva do “contratualismo”. O pacto social era sustentado por uma minoria de indivíduos (homens brancos com posses), que representavam a si na câmara legislativa e legislavam pelos seus próprios interesses de dominação sobre a sociedade à qual pertenciam.

E tal atrito se revelou como paradigma fundante da sociedade americana. Mesclados em um rito “republicano” conviviam em um mesmo território: proprietários de terra, pessoas escravizadas, povos ameríndios e burgueses. Engels conceitua o Estado desta maneira:

“[Estado] é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por

antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. [...] Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida" (ENGELS, 2009, p. 159-160).

Uma das raízes que cresceram em torno desse choque foi a "Doutrina do Destino Manifesto" que será retratada no próximo capítulo.

2 A VIOLÊNCIA NO DESTINO MANIFESTO

O réquiem argumentativo presente no livro faz menção implícita à época em que ele foi desenhado, e há dois pontos que precisam ser destacados; a esperança de uma jovem nação em seu futuro esplêndido e a doutrina do Destino Manifesto.

John O'Sullivan foi o precursor da Doutrina do Destino Manifesto, ao fundar o influente jornal político "The United States Magazine and Democratic Review" em 1837 (NEWLAND, 1998, p. 2). Ele começou a imbuir o seu público da promoção de idéias e valores norte americanos, embora sua coluna diária ela tenha sido inicialmente concebida como forma de promover e legitimar as políticas jacksonianas (escravistas/confederadas), por fim, tornou-se um terreno fértil para a criação de Espírito romântico da "jovem América" através dos escritos de Poe, Hawthorne, Whitman, Thoreau e outros. Cabe ressaltar a simbiose entre o romantismo e o nacionalismo no século XIX, já que a fundação da nação estadunidense é mesclada a um idealismo agressivo que condicionou as bases para uma política de agressão territorial aos seus vizinhos mais próximos.

A crença compartilhada por O'Sullivan ao seu público transparecia no arquétipo de uma América que foi guiada por um espírito divino em conluio a um destino providencial. E, explicitando-se que era um país voltado ao progresso acreditando fielmente no seu grande futuro, principalmente devido a sua "juventude, ambição e potencial". Embora armado com esses sentimentos desde 1839, O'Sullivan não cunhou o termo "Destino Manifesto" até 1845 em "The Great Nation of Futurity," (publicado em "The Democratic Review"), onde ele expressa a opinião de que o destino dos EUA, como nação, seria o único entre todas as outras nações. O'Sullivan afirma:

O nascimento nacional da América foi o começo de uma nova história, a formação e o progresso de um sistema político não experimentado, que nos separa do passado da Velha Europa e nos conecta apenas ao futuro; e no que diz respeito a todo o desenvolvimento dos direitos naturais do homem, da vida moral, política e nacional, podemos assumir com confiança que nosso país está destinado a ser a grande nação da futuridade ... O futuro expansivo é nossa arena. Estamos adentrando em seu espaço não tocado, com as verdades da palavra de Deus em nossas mentes, objetivos cristãos em nossos corações, e

com a consciência limpa, imaculada pelo passado. Nós somos a nação do progresso humano. A providência está conosco. (NEWLAND, 1998, p. 3)

A confiança de que os Estados Unidos eram guiados por um destino inevitável, em outras palavras, de que a nação tinha uma missão pré-ordenada e sancionada por Deus a cumprir, constitui um elemento significativo no pensamento romântico estadunidense. As palavras de O'Sullivan refletiam a falta de limites, a rejeição de parâmetros tanto ao desenvolvimento nacional quanto ao individual, o progresso era uma das religiões fundantes dos Estados Unidos da América, e a impaciência com qualquer coisa que restringisse ou inibisse tal avanço relinchava na fúria incutida da então jovem nação.

O termo "Destino Manifesto" apareceu novamente naquele ano no artigo de O'Sullivan denominado "Anexação", sendo ele um dos jornalistas mais fervorosos ao defender a anexação da república independente do Texas ao recém formado Estado estadunidense, O'Sullivan achou prudente informar a nação sobre a provável influência das potências européias que ameaçavam impedir os interesses norte americanos ao bloquear o conluio entre o recém formado estado e os norte americanos.

Esta peça permanece historicamente significativa devido ao comentário de O'Sullivan de que tais influxos confabulavam com "o Destino Manifesto [da América] para espalhar-se no continente designado pela Providência para o livre desenvolvimento de [seus] milhões que se multiplicam anualmente". Um fato que se revela perturbador é a sincronia de pensamentos entre o Estado estadunidense oitocentista e a Alemanha nazista, pois ambos pregavam que seus estados necessitavam de um espaço vital para o seu desenvolvimento.

Como uma mistura potente de orientação divina, destino providencial e natureza republicana, o "Destino Manifesto" permeava a imaginação nacional, e muitos estadunidenses começaram a se ver como arquitetos de uma grande e nova nação, uma forma experimental - se não espiritual - de governança.

Um resultado perturbador dessa ideologia, no entanto, foi o surgimento de um senso etnocêntrico de superioridade nacional que inevitavelmente gerou a opinião

popular de que os Estados Unidos tinham uma responsabilidade moral e espiritual de iniciar a expansão para o oeste e "esclarecer" os povos não americanos (NEWLAND, 1998, p. 6). De fato, em sua base, o discurso do destino manifesto contém implicações bíblicas, como a noção povo escolhido (estadunidense) dentro de uma terra prometida (América) que deve alcançar a redenção moral. Conseqüentemente, a "América" combinou o sagrado e o secular em um nível político e ideológico, denotando o firmamento do destino providencial em sua identidade nacional.

O destino manifesto denota um preconceito racial obscuro, a sua fachada de responsabilidade moral trás a ilusão de paradigmas e conceitos democráticos, em última análise, foi uma ferramenta para políticas de expansão da terra, um meio flagrante de aumentar o poder econômico, de melhorar a rápida urbanização do sudeste por meio da expansão ao oeste e de ocultar uma brecha cada vez maior entre os ricos e os pobres, "expulsando" os pobres ao enviá-los para o oeste.

Há um alinhamento progressivo presente no ideal revolucionário da nação com as correntes do romantismo europeu, o que resulta em um gradual nacionalismo romântico populista (NEWLAND, 1998, p. 7) que dava novo significado à idéia do progresso. Um dos aspectos mais fundamentais dessa nova perspectiva nacional foi a convicção a qual a expansão territorial era inevitável, logo o destino providencial da nação está atrelado desde o seu início a uma forma, até então, incompreensível de violência. O Destino Manifesto decretou uma extensão do ideário presente na Carta Fundadora a todo o continente. Assim, o "Destino Manifesto" tornou-se e permaneceu praticamente sinônimo de territorial/expansão.

E foi desastrosa a influência oriental nas planícies ocidentais. Em 1861, ano em que vimos Kid, o protagonista do romance pela última vez na obra, vagavam milhões de búfalos no terreno ocidental, os indígenas das planícies ainda prosperavam e a invasão do leste industrial era mínima. Já em 1878, os grandes rebanhos de búfalos haviam sido eliminados para alimentar o comércio de peles do Oriente, as tribos haviam morrido de fome ou em campanhas de extermínio, e o principal legado eram as pilhas de ossos acumuladas por todo ocidente americano. A história desse comércio de

corpos é bem simbolizada no destino de Kid quando ele deixa as planícies de búfalos para encontrar o juiz Holden no epílogo da obra.

No romance o personagem que mais bem descreve a “Doutrina do Destino Manifesto” é o Capitão White, pois ele busca empreender uma guerra particular na região ocidental, principalmente na fronteira com o México, e a forma como ele descreve a população fronteiriça revela traços que endossam o tremendo preconceito racial e ufanismo religioso presentes no “Destino Manifesto”:

O capitão se curvou para a frente. Lutamos por aquilo. Perdemos amigos e irmãos ali. E então por Deus se não entregamos tudo de volta. De volta para um bando de bárbaros que até o mais parcial a favor deles vai admitir que não têm ideia neste mundo de Deus do que seja honra ou justiça ou do significado de um governo republicano. Um povo que de forma tão covarde vem pagando tributo por cem anos a tribos de selvagens nus. Abrindo mão de suas colheitas e cabeças de gado. Minas fechadas. Cidades inteiras abandonadas. Enquanto uma horda de pagãos varre a terra saqueando e matando em total impunidade. Nem uma mão sequer se ergue contra eles. Que tipo de gente é essa? Os apaches nem sequer atiram neles. Sabia disso? Matam às pedradas. O capitão balançou a cabeça. Parecia ficar triste com o que tinha de contar.

O capitão se curvou para trás e cruzou os braços. Estamos lidando aqui é com uma raça de degenerados, disse. Uma raça de mestiços, não muito melhor que negros. E talvez nem isso. Não existe governo no México. Diabo, não existe Deus no México. Nunca vai existir. A gente está lidando com um povo absolutamente incapaz de se governar sozinho. E sabe o que acontece com povos que não conseguem se governar sozinhos? Isso mesmo. Outros vêm e governam por eles. (MCCARTHY, 2009, p. 48)

Um dos traços essenciais da fala de White se dá quando ele questiona a capacidade dos vizinhos mexicanos de se autogovernarem, e como exemplo ele compara a falta de um Deus e de um Governo como vínculo de uma nação que caminhe ao progresso. O capitão internaliza em seu discurso, uma prática da elaboração da verdade presente em seu tempo, ele apenas responde aos mecanismos presentes no Estado norte americano, e são eles: protestantismo religioso com base pentecostal, uma sede ao progresso, e ao republicanismo, ou ao conceito norte americano de democracia presente no primeiro terço do séc XIX. Como bem destaca o crítico americano Andrew Estes em seu livro *Cormac McCarthy and the Writing of American Spaces*:

Alimentando este viés negativo estão os puritanos, que tendiam a ver o Novo Mundo como o Deserto Americano, uma selva horrível que era, de um lado, um local de teste para os puros, e, do outro, um lugar para o renascimento da Cristandade. Puritanos, como aqueles da família de Cotton Mather, que deixaram a Inglaterra por uma chance de construir uma sociedade cristã mais pura. Ainda, um prelúdio para esta ordem melhor era um teste, análogo às provações que Jesus enfrentar a, de acordo com as escrituras. Assim como Satã tentou e lutou contra Cristo, ele inevitavelmente também batalhou contra a formação de toda uma comunidade sacra na América. Seus sequazes, os índios, assim como a própria paisagem local, fizeram seu máximo para torturar e corromper aos Protestantes. (SANTOS, 2017, p.82)

Bem como é inerente frisar qual era a síntese religiosa desse povo:

As religiões cristãs trazidas da Europa pelos ingleses, em primeiro lugar, e depois por toda a sorte de imigrantes são inúmeras, inclusive as não cristãs. As religiões ou denominações religiosas nascidas especificamente nos Estados Unidos são muitas, entre elas, o Pentecostalismo, o Adventismo, o Mormonismo, as Testemunhas de Jeová, as Igrejas ou Discípulos de Cristo, o Unitarismo, a Igreja Universalista da América e a Igreja Metropolitana Comunitária. As denominações cristãs predominantes são: Igreja Católica, Convenção Batista do Sul, Igreja Metodista Unida, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (nome oficial e englobante dos Mórmons) e a Igreja de Deus em Cristo. As várias denominações protestantes perfazem pouco menos de cinquenta por cento da população. Dentre as religiões não cristãs, com predominância do Judaísmo e do Islamismo, ainda podem ser mencionadas: Rastafarianismo, o Budismo, o Hinduísmo, o Jainismo, o Skhismo e o Taoísmo (SANTOS, 2017, p.88).

As religiões com aspectos mais dominantes na “América” eram as com raízes profundas no protestantismo, e é essencial lembrar o caráter de fuga que essas religiões possuíam na Europa. Não havendo tolerância de credo em seus países originários, os protestantes encontraram inicialmente nas Treze Colônias, o espaço para proclamar a sua fé à “terra prometida” e dentro desse imaginário, é interessante afirmar a visão proposta por Weber que tangencia o capitalismo com a ética protestante.

Outro ponto de relevo no romance foi a participação do governador da Califórnia no “empreendimento” do bando comandado por White. Esse não será o último momento de intercalação entre “bandos criminosos” e poderes estatais, mesmo que inerentes a um processo de “ilegalidade”.

O capitão observava o kid. O kid parecia desconfortável. Filho, disse o capitão. Cabe a nós sermos os instrumentos de libertação em uma terra sombria e turbulenta. Isso mesmo. Somos a vanguarda do ataque. Temos o apoio tácito do governador Burnett da Califórnia. (MCCARTHY, 2009, p. 39)

O contrato, mesmo que informal, concluído entre o Bando de White e o governador Burnett se intercala ao exposto por Foucault em seu livro “Microfísica do Poder”, quando ele se dispõe a falar do Direito e da Soberania:

O sistema do direito, o campo judiciário são canais permanentes de relações de dominação e técnicas de sujeição polimorfos. O direito deve ser visto como um procedimento de sujeição, que ele desencadeia, e não como uma legitimidade a ser estabelecida. Para mim, o problema é evitar a questão – central para o direito – da soberania e da obediência dos indivíduos que lhe são submetidos e fazer aparecer em seu lugar o problema da dominação e da sujeição. (FOUCAULT, 2015, p. 101)

White se relaciona na história como uma ramificação do poder do soberano, os EUA estavam em paz com o governo mexicano, a guerra de independência texana havia acabado, os confrontos referentes à Califórnia e demais regiões antes mexicanas já eram finitos, mas ainda era necessário criar uma turbulência na região limítrofe, e é nesse cenário que White e seu bando atuam, por trás da fachada presente no Destino Manifesto, ele e seus homens com a bênção do estado californiano buscam derrubar o governo mexicano e matar o maior número de indígenas e mexicanos nesse processo.

Giorgio Agamben conceitua os efeitos do estado de exceção em estados democráticos/republicanos e um dos seus exemplos mais paradigmáticos é a prisão de Guantánamo, um exemplo contemporâneo que se choca a cruzada “moral” realizada por White:

já o USA Patriot Act, promulgado pelo Senado no dia 26 de outubro de 2001, permite ao Attorney general "manter preso" o estrangeiro (alien) suspeito de atividades que ponham em perigo a segurança nacional dos Estados Unidos"; mas, no prazo de sete dias, o estrangeiro deve ser expulso ou acusado de violação da lei sobre a imigração ou de algum outro delito. A novidade da "ordem" do presidente Bush está em *anular radicalmente todo estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, dessa forma, um ser juridicamente inominável inclassificável!*. Os talibãs capturados no Afeganistão, além de não gozarem do estatuto de POW [prisioneiro de guerra] de acordo com a Convenção de Genebra, tampouco gozam daquele do acusado segundo as leis

norte-americanas. Nem prisioneiros nem acusados, mas apenas detainees, são objeto de uma pura dominação de fato, de uma detenção indeterminada não só no sentido temporal mas também quanto a sua própria natureza, porque totalmente fora da lei e do controle judiciário. A única comparação possível e com a situação jurídica dos judeus nos Lager nazistas: juntamente com a cidadania, haviam perdido toda identidade jurídica, mas conservavam pelo menos a identidade de judeus. Como Judith Butler mostrou claramente, no detaineo de Guantánamo *a vida nua atinge sua máxima indeterminação*. (AGAMBEN, 2004, p. 14).

Ao Anular judicialmente, por meio de um contrato extralegal o estatuto individual dos “aborígenes” e quiçá dos mexicanos da região, o governador californiano dá carta branca para as atrocidades que se afirmam fora do estado, por mais que por ele seja legitimado. Capitão White e seu bando acabam por perder a “guerra quixotesca” para um grupo de Apaches, e nesse confronto de distintas violências, a última visão de Kid foi um grupo de oito homens brancos fugindo às pressas de uma violência que não compreendiam.

A “Doutrina do Destino Manifesto” foi uma prática de aniquilamento, na esteira cultural. Os outros povos com culturas e modo de vida distintos ao retrato de vida americano foram soterrados por uma narrativa escatológica a qual a história foi ressignificada, e essa moldura se revela continua, a cada filme que retrata o “Velho Oeste” como terreno inóspito e vazio de vida, o espelho anterior muito mais significativo e abrangente se perde e os povos que lá viviam ficam à mercê do tempo e do progresso branco.

Um dos personagens de relevo acachapante na obra é o Juiz Holden. Ele atua em tantos níveis que se tornará a partir do próximo capítulo figura central, desta monografia.

3 JUIZ HOLDEN

A primeira aparição do Juiz ocorre ainda no início do romance, e ele incita um motim contra o reverendo Green, fazendo-o unicamente para quebrar o tédio, sem nenhum motivo aparente, apenas pelo clamor da violência:

O kid concordou com a cabeça. Um sujeito enorme vestindo um impermeável de oleado entrara na tenda e removera o chapéu. Era calvo como uma rocha e não tinha traço de barba e nenhuma sobrancelha acima dos olhos, tampouco cílios. Ultrapassava os dois metros e dez de altura e continuou fumando seu charuto até mesmo ali naquela casa nômade de Deus e ao que parecia removera o chapéu apenas para sacudir a chuva e agora o enfiava novamente.

O reverendo interrompera por completo o sermão. Não se ouvia um som dentro da tenda. Todos fitavam o homem. Ele ajeitou o chapéu e então abriu caminho até o púlpito de engradado onde ficava o reverendo e ali fez meia-volta para se dirigir à congregação do reverendo. Seu rosto era sereno e estranhamente infantil. Tinha mãos pequenas. Estendeu-as. Senhoras e senhores, sinto que é meu dever informá-los que o homem que conduz este culto é um impostor. Não possui quaisquer documentos de ciência teológica de nenhuma instituição reconhecida ou improvisada. Carece inteiramente da mínima capacitação ao ofício que usurpou e limitou-se a memorizar umas poucas passagens do bom livro com o propósito de emprestar a seus sermões fraudulentos algum débil sabor da devoção que despreza. Na verdade, o cavalheiro nesse instante diante de vocês fazendo-se passar por ministro do Senhor é não só totalmente analfabeto como também procurado pela lei nos estados do Tennessee, Kentucky, Mississippi e Arkansas.

Ai, Deus, clamou o reverendo. Mentiras, mentiras! Começou a ler febrilmente de sua bíblia aberta.

Por uma variedade de acusações a mais recente das quais envolveu uma menina de onze anos — onze, repito — que dele se aproximou em confiança e à qual o surpreenderam no ato de violar enquanto ainda trajado nas vestes de seu Deus.

Um gemido percorreu a multidão. Uma senhora caiu de joelhos.

Este é ele, gemeu o reverendo, choramingando. Este é ele. O diabo. Aqui está ele.

Vamos enforcar esse merda, exclamou um bruto repulsivo no meio do grupo, virando para os fundos.

Nem três semanas atrás fugiu correndo de Fort Smith Arkansas por manter intercurso com uma cabra. Isso mesmo, senhoras, foi o que eu disse. Uma cabra.

Quero ser um maldito de um cego se não vou atirar nesse filho da puta, disse um sujeito erguendo-se em um canto distante da tenda, e puxando uma pistola de sua bota fez mira e disparou.

O jovem tropeiro na mesma hora sacou uma faca de sua roupa, rasgou a tenda e evadiu-se sob a chuva. O kid o seguiu.

Curvados, correram através da lama na direção do hotel. O tiroteio já era geral dentro da tenda e uma dezena de passagens haviam sido abertas na lona e a multidão saía, as mulheres gritando, gente atropelada, gente pisoteada na lama. O kid e seu parceiro chegaram à varanda do hotel e limpavam a água de seus olhos e viraram para olhar. Ao fazê-lo, a tenda começou a balançar e a vergar e como uma gigantesca medusa ferida vagorosamente tombou arrastando ao chão as paredes de lona rotas e os cabos puídos.

Reuniram-se em torno do juiz. Um destacamento era montado para ir atrás do pregador.

Juiz, como sabia dos podres daquele vagabundo?

Podres? disse o juiz.

Quando esteve em Fort Smith?

Fort Smith?

De onde conhecia o homem pra saber tudo aquilo sobre ele?

Quer dizer o reverendo Green?

Isso mesmo. Imagino que o senhor estava em Fort Smith antes de vir pra cá.

Nunca estive em Fort Smith em toda minha vida. Duvido que ele tenha estado.

Olharam uns para os outros.

Então onde foi que cruzou com ele?

Nunca pus os olhos no sujeito até hoje. Nem sequer ouvi falar dele.

Ergueu o copo e bebeu.

Um silêncio estranho pairou no ambiente. Os homens pareciam efigies de barro. Então alguém enfim começou a rir.

Depois outro. Fogo todos riam juntos. Pagaram uma bebida para o juiz. (MCCARTHY, 2009, p. 16)

A primeira impressão que nos é dada do Juiz aparece pelos olhos de Kid. Seu físico descomunal e sua pele albina criam um desenho característico, uma personagem irreal condicionada ao hiper-realismo presente em “Meridiano de Sangue”, sendo ele o que mais se diferencia dentro do romance, o que o aproxima das figuras lendárias de Shakespeare e Herman Melville. Ele é o contraponto do autor na obra, uma figura alegórica e no decorrer deste capítulo ficará explícito todo seu clamor e perversidade.

«No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Tudo foi feito por ele; e nada do que tem sido feito, foi feito sem ele. Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens.» (João 1:1-4)

No princípio era a Palavra, e a Palavra estava com Deus; e a Palavra era Deus. No princípio estava ela com Deus. Tudo foi feito por ela, e sem ela nada se fez de tudo que foi feito. Nela estava a vida, e a vida era a luz dos homens. E a luz brilha nas trevas, e as trevas não conseguiram dominá-la.

(...)

A Palavra estava no mundo — e o mundo foi feito por meio dela — mas o mundo não quis conhecê-la. Veio para o que era seu, e os seus não a acolheram. Mas, a todos que a receberam, deu-lhes capacidade de se tornarem filhos de Deus, isto é, aos que acreditam em seu nome, pois estes não nasceram do sangue nem da vontade da carne nem da vontade do varão, mas de Deus mesmo. E a Palavra se fez carne e habitou entre nós. (Tradução “Bíblia do Rei James”)

O controle da palavra é um dos pontos centrais dessa personagem; ele dimensiona a palavra, ele a controla, ele a subverte. É como se o Juiz Holden fosse um representante de um demiurgo antigo que precede as leis benevolentes do deus cristão do “Novo Testamento”, e dentro da narrativa o principal ponto de conflito é em Kid. O garoto não é alheio à violência do bando dos Jackson, tampouco daquela encontrada no decorrer da história, mas que em diversos momentos não se submete às leis do Juiz. Um dos lapsos cruciais é a forma como Kid age com os companheiros de bando, ele não os desabriga. Um dos momentos que comprovam essa tese contra o abandono é quando ele se recusa a deixar ao relento Tobin o ex-padre, quando o grupo do Juiz Holden e Kid se confrontam no deserto, sendo essa passagem um resgate torpe do que foi retratado por Jesus e Satanás.

Tobin é o principal contraponto espiritual aos desmandos do Juiz na obra, sendo o único que tem uma fração de intelectualidade no bando, logo o ex-padre também consegue moldar as palavras, mas sem a mesma maestria que seu nêmesis.

O juiz percorreu a roda com o olhar à procura de oponentes. Mas e o padre o que diz? disse. Tobin ergueu o rosto. O padre não diz nada. O padre não diz nada, disse o juiz. Nihil dicit. Mas o padre já disse. Pois o padre pendurou os trajes de seu ofício e empunhou as ferramentas dessa vocação mais elevada a que todos os homens prestam deferência. Também o padre rejeitou servir a deus para ser ele próprio um deus. Tobin sacudiu a cabeça. Você tem a língua blasfema, Holden. E pra falar a verdade nunca cheguei a padre mas fui só um noviço da ordem. Mestre padre ou padre aprendiz tanto faz, disse o juiz. Os homens de deus e os homens de guerra guardam estranhas afinidades. Não vou secundar você em suas opiniões, disse Tobin. Não me peça isso. Ah Padre, disse o juiz. O que poderia eu pedir que você já não tivesse dado? (MCCARTHY, 2009, p. 292)

Uma das principais variáveis expostas pelo Juiz é a incongruência moral perante o discurso civilizatório, o ex-padre é um devoto de deus, mas ao mesmo tempo é um

brutal assassino, e ele vive entre esses dois mundos buscando manter um pouco de pureza, mas no fim Tobin é um homem que ajuda a apagar e a dimensionar a história pelo ponto de vista dos “vencedores”. E ao se afirmar como homem de deus durante a sua odisseia com Holden, o juiz o coloca a par da sua imagem e diz: “Tobin agora você é o seu próprio Deus!” A blasfêmia, incongruente ao rito cristão, não cabe ao Novo Mundo, e principalmente à conquista do ocidente norte americano, no qual todos estão mergulhados na violência, e dentro desse caos não há falta de demiurgos que controlam e retiram a vida.

Falar é antes de tudo deter o poder de falar. Ou, ainda, o exercício do poder assegura o domínio da palavra: só os senhores podem falar. Quanto aos súditos, estão submetidos ao silêncio do respeito, da veneração ou do terror. Palavra e poder mantêm relacionamentos tais que o desejo de um se realiza na conquista do outro. Príncipe, déspota ou chefe de Estado, o homem de poder é sempre não somente o homem que fala, mas a única fonte de palavra legítima: palavra empobrecida, palavra certamente pobre, mas rica em eficiência, pois ela se chama ordem e não deseja senão a obediência do executante. Extremos inertes cada um por si, poder e palavra não subsistem senão um no outro, cada um deles é substância do outro e a permanência de sua dupla; se esta parece transcender a História, alimenta todavia seu movimento: há acontecimento histórico quando, abolido aquilo que os separa e assim os condena à inexistência, poder e palavra se estabelecem no próprio ato de seu reencontro. Toda tomada de poder é também uma aquisição de palavra. (CLASTRES, 2012, p. 140)

A fala é uma forma de exercer domínio, o homem que detém poder sobre a linguagem consegue exercer o poder soberano, e dentre os homens do romance o que melhor sintetiza esse poder é o Juiz Holden, ele fala em pé de igualdade com o Governador de Sonora, ao mesmo tempo em que consegue se comunicar perfeitamente com o bando, mesmo em linguagem distinta ele se faz compreender, nos salões abastados ou no deserto do meio oeste em meio à vilania. E nesse jogo entre personagens Kid, mesmo sem exercer domínio sobre a linguagem se interpõe sobre a vontade do Juiz ao se permitir um frasco de bondade em meio à mais pura violência do “Velho Oeste”, e Holden percebe isso e ele sente simpatia genuína por Kid e busca moldá-lo, mas o garoto oferece resistência, ele não quer ser subjugado “toda tomada de poder é também uma aquisição de palavra” e é em meio a essa busca pela sua voz, por

mais primitiva e gutural que ela seja, que se torna o espaço em que Kid se coloca como resistência a Holden.

3.1 O JUIZ COMO ANTI-TESTEMUNHA

A perspectiva do testemunho na filosofia de Agamben se divide em dois relatos, a testemunha, os sobreviventes, homens e mulheres que permaneceram “vivos” e relataram o vórtice da experiência acumulada no campo, no entanto eles não o fazem em sua totalidade. E há aqueles que viveram o impronunciável “os muçulmanos”, estes perderam o peso da fala, a capacidade de criar uma narrativa sobre o que viveram no campo, ou eles morreram e perderam a totalidade de suas vidas, ou de forma mais sinistra eles permanecem no campo como fantasmas mesmo depois de terem retornando à vida comum. Pois haviam perdido a esperança de regresso ainda no campo, e ao serem abandonados pelos outros companheiros se vêem privados do afeto, mesmo entre os seus pares. E entre os muçulmanos, mesmo os “sobreviventes” a agonia permaneceria constante, a vida normal, a vida de afetos e mazelas corriqueiras era finita para esse seletivo grupo, afinal eles nunca saíram do campo.

O assim chamado Muselmann, como era denominado, na linguagem do Lager, o prisioneiro que havia abandonado qualquer esperança e que havia sido abandonado pelos companheiros, já não dispunha de um âmbito de conhecimento capaz de lhe permitir discernimento entre bem e mal, entre nobreza e vileza, entre espiritualidade e não espiritualidade. Era um cadáver ambulante, um feixe de funções físicas já em agonia” (AGAMBEN, 2008, p. 49).

A autoridade dos sobreviventes é nublada pelo peso da experiência, e nesse cenário oblíquo, o evento real e indescritível se perde. No velho oeste de McCarthy o relato se mede pelos olhos de Kid e pelas palavras de Holden e não cabe a nenhum deles o peso da vida que não merece ser vivida, mas enquanto um deles se refugia no silêncio o seu espelho como artífice das palavras busca controlar e remodelar os eventos históricos que estão em curso.

O testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta; contém, no seu centro, algo intestemunhável, que destitui a autoridade dos sobreviventes. As “verdadeiras” testemunhas, as “testemunhas integrais” são as que não testemunharam, nem teriam podido fazê-lo. São os que “tocaram o fundo”, os muçulmanos, os submersos. Os sobreviventes, como pseudo testemunhas, falam em seu lugar, por delegação: testemunham sobre um testemunho que falta (AGAMBEN, 2008., p. 43).

Na obra um garoto apache encontrado por Holden torna-se um afiliado ao grupo por alguns dias, e ele seria o representante dos “muçulmanos” na estória, ele vê todos os seus familiares, o seu povo ser escalpelado, enquanto é colocado em curso na história por Holden. O bando cria afeição pelo garoto, que nada fala, e nem parece mais sentir a vida, parecendo mais com um “changeling” (no folclore europeu e na crença popular, uma criança trocada em francês “changelin” ou “changeon”, e, em inglês, “changeling” é a prole de uma fada, Troll ou outra criatura lendária que foi deixada secretamente em troca de uma criança humana) e essa troca é definitiva para o menino, ele já havia transcendido a vida.

Uma hora depois marchavam no rumo sul montados em seus cavalos deixando para trás na margem flagelada do lago uma hecatombe de sangue e sal e cinzas e conduzindo diante de si meio milhar de cavalos e mulas. O juiz cavalgava à testa da coluna carregando na sela a sua frente uma estranha criança escura coberta de cinzas. Parte de seu cabelo fora consumido pelo fogo e ia sobre o cavalo muda e estóica observando a terra avançar diante de si com imensos olhos negros como um changeling. Os homens à medida que cavalgavam enegreciam sob o sol devido ao sangue em suas roupas e em seus rostos e então empalideceram lentamente com a poeira erguida até assumir mais uma vez a cor da região pela qual passavam. (MCCARTHY, 2009, p. 247)

Na terceira noite permaneceram agachados nos bastiões de antigas muralhas decrépitas de barro com as fogueiras do inimigo a menos de um quilômetro e meio de distância no deserto. O juiz sentava com o menino apache diante do fogo e a criança observava tudo com seus olhos negros de frutos silvestres e alguns homens brincavam com ela e a faziam rir e davam lhe charque e ela ficava sentada mastigando e observando com ar sério as figuras que passavam acima dela. Cobriram-na com uma manta e pela manhã o juiz a embalava em um Joelho enquanto os homens selavam seus cavalos. Toadvine o viu com a criança ao passar com sua sela mas quando voltou dez minutos depois puxando o cavalo a criança estava morta e o juiz tirar seu escalpo. Toadvine encostou o cano da pistola no imenso domo da cabeça do juiz. Holden, seu desgraçado. Ou você atira ou tira isso daí. Agora. Toadvine enfiou a pistola no cinto. O juiz sorriu e limpou o escalpo na perna da calça e ficou de pé e lhe deu as costas. Dez minutos depois estavam na planície outra vez em plena fuga dos apaches. (MCCARTHY, 2009, p. 248)

O deslumbramento do grupo com a criança apache foi percebida pelo Juiz, e como forma de aprendizado em um processo completo de desumanização ele a mata, mas apenas depois dela ter criado laços com seus colegas de bando, o que se afirma em Toadvine ao se enfurecer com o ato desmedido de Holden, mas no fim ambos seguem o seu percurso, afinal a criança escalpelada não passava de um passatempo aos olhos do bando, e o juiz com a morte dela evidencia isso.

Em outra passagem Holden encontra um monumento ao passado indígena na região, um povo antiquíssimo e riquíssimo em cultura lá vivia, os Anasazi que encontraram o seu fim de forma misteriosa, antes da chegada do povo europeu na América, o seu nome pode ser traduzido como “os antigos”, e eles eram muito referenciados pelos demais povos da região, no entanto o universo o qual o juiz idealiza é pouco complacente a estes povos, por mais que ele os conheça e até possua admiração, o que ele busca é destruição, pilhagem e modelação da história.

O que é verdadeiro para um homem, disse o juiz, é verdadeiro para muitos. O povo que outrora aqui viveu chamava-se anasazi. Os antigos. Eles abandonaram essas paragens, acossados pela seca ou doença ou por bandos errantes de saqueadores, abandonaram essas paragens eras atrás e deles não ficou memória. São rumores e espectros nesta terra e são muito reverenciados. (MCCARTHY, 2009, p. 187)

Um sujeito do Tennessee chamado Webster estivera olhando para ele e perguntou ao juiz o que pretendia fazer com aquelas anotações e esboços e o juiz sorriu e disse que sua intenção era expurgá-los da memória do homem. Webster sorriu e o juiz riu. Webster olhou para ele de soslaio e disse: Bom, você aprendeu a arte de rabiscar em algum lugar e seus desenhos são muito parecidos com as próprias coisas. Mas homem nenhum pode pôr o mundo todo em um livro. Do mesmo jeito que um livro com o mundo todo desenhado não é ele. O juiz sorriu. Esteja ou não em meu livro, cada homem é o tabernáculo de seu semelhante e este por sua vez abriga o próximo e assim por diante numa complexidade infinita de existência e testemunho até os mais remotos confins do mundo. (...) (MCCARTHY, 2009, p. 192)

A intenção do Juiz durante a sua peregrinação pelo meio-oeste é expurgar da memória dos homens tudo aquilo de notável, todo o lapso testemunhal que ficar em seu caminho. É nesse ponto que ele se configura como uma anti-testemunha, e é interessante evidenciar o que está a emergir de novo, do que é apenas reprodução

estéril de eventos sem futuro e aquilo que no futuro poderá se chocar com o domínio do soberano. É por esse ângulo que o Juiz atua como historiador, um torpe artesão da história que reflete apenas, os seus pontos, a sua modelação do processo histórico são nesses instantes que ele se aproxima de Walter Benjamin:

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. "A verdade nunca nos escapará" — essa frase de Gottfried Keller caracteriza o ponto exato em que o historicismo se separa do materialismo histórico. Pois irrecuperável é cada imagem do passado que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela. (BENJAMIN, 1986, p. 224)

Quando um ato historicamente é reconhecido por Holden, ele a cataloga em seu pequeno livro de memórias, testemunhando o evento aos seus olhos e por fim destrói cada um dos monumentos aferidos. Uma das passagens mais emblemáticas na história se dá quando ele vê um grupo de pássaros exóticos, ele os desenha e diz “a liberdade dos pássaros é um fardo para mim”, como se fosse uma afronta a sua liberdade, ou a sua existência, na sequência do diálogo ele diz que se dependesse dele todos os pássaros viveriam em gaiolas, presos a viveiros no zoológico.

O ato de testemunhar remodela e revisa o passado com base no panorama mais legítimo: o do presente. Entretanto, avoca-se a ameaça da impossibilidade de narrar o fato como ocorreu na práxis, desagua-se no risco do esquecimento e da inevitabilidade da palavra povoada por vazios. Nesse prisma o testemunho se apresenta como condição de continuidade, o ato de narrar se enquadra no ideário da resistência, portanto há uma divisa gutural entre a narrativa do Juiz e a do verdadeiro sobrevivente.

O juiz Holden quando narra sequestra a narrativa ao seu bel prazer, e dentro desse capricho ele perfilha a realidade (da obra) como uma anti-testemunha, credenciando a manipulação histórica presente em “Bufalo Bill”, depois nos filmes sobre o meio oeste e por fim na própria criação dessa mitologia extensa que é a conquista do oeste. Podemos conceituar, portanto, o testemunho como um ramo essencial, no sentido de

que dele depende a sobrevivência daquele que vive situações de ultra-violência, ou seja, o ato testemunhar desencadeia a carência absoluta do ato de narrar.

Primo Levi enumera em diversas oportunidades a impossibilidade do testemunho. Ele nos diz que aqueles que testemunharam foram apenas os que lograram se manter a uma certa distância do evento, não foram totalmente levados por ele, como o que se deu com a maioria dos que vivenciaram o genocídio nos campos de concentração e nas Américas e assim morreram. Cabe ressaltar ainda os Musulmänner, os que foram obliterados em sua capacidade de resistir e não conseguiram escrever seu testemunho ou sobreviver ao campo.

“a história do Lager foi escrita quase exclusivamente por aqueles que, como eu próprio, não tatearam seu fundo. Quem o fez não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão” (LEVI, 1990, p. 5)

Uma das passagens mais significativas do colonialismo sul americano está no uso da soberania do rei, como legitimação das terras além mar. Os emissários do rei portavam um documento que garantia que as terras americanas não pertenciam mais aos nativos ameríndios... E qual era o significado dessas palavras aos legítimos proprietários das terras americanas? Incompreensão... Eram símbolos que não pertenciam à terra, ou ao conjunto de saberes que implicava ao período pré-colonialismo, e mesmo assim eram usados para a legitimação colonial europeia.

Uma das heranças do colonialismo no imaginário indígena foi retratar os forasteiros (os europeus brancos) como a nossa figura simbólica do diabo. Os Yanomamis os denominam como os “napëpë” que em sua língua significa forasteiro/inimigos, e são vistos como portadores de doença (malária, febre amarela, sarampo), assim como possuídos pelo espírito do metal/ouro e se tornam assim comedores da terra (ALBERT, KOPENAWA, 2015).

No caso da América do Norte o livro chave é “Enterrem meu coração na curva do rio”, mas em ambos os livros, seja “A queda do céu” (yanomami), ou o retrato americano são testemunhais e buscam reparar a narrativa das “anti-testemunhas”,

sejam elas convencionadas em Bufalo Bill, ou no presidente da república Jair M. Bolsonaro. Seguem alguns relatos presentes no livro “Enterrem meu coração na curva do rio” que comprovam o seu teor testemunhal:

"Onde estão hoje os Pequots? Onde estão os narragansetts, os moicanos, os pokanokets e muitas outras tribos outrora poderosas de nosso povo? Desapareceram diante da avareza e da opressão do Homem Branco, como a neve diante de um sol de verão. Vamos nos deixar destruir, por nossa vez, sem luta, renunciar a nossas casas, a nossa terra dada pelo Grande Espírito, aos túmulos de nossos mortos e a tudo que nos é caro e sagrado? Sei que vão gritar comigo: "Nunca! Nunca!"— (BROWN, 2003, p. 10)

Embora este País fosse outrora habitado por índios, as tribos, e muitas delas poderosas, que há tempos ocupavam os territórios que agora constituem *os Estados a leste do Mississipi têm sido, uma a uma, exterminadas em suas tentativas fracassadas, de deter a marcha ocidental da civilização...* Se qualquer tribo protesta contra a violação de seus direitos naturais e dos tratados, membros dessa tribo são abatidos desumanamente e o resto é tratado como simples cães... Seria de imaginar que a humanidade presidisse a política original da remoção e concentração dos índios do Oeste, para preservá-los da ameaça da extinção. Mas hoje, em razão do imenso aumento da população americana e a extensão de suas colônias por todo o Oeste, cobrindo ambos os lados das Montanhas Rochosas, os povos índios estão mais gravemente ameaçados por um extermínio rápido do que nunca antes, na história do país .— (BROWN, 2003, p. 162)

De quem foi a voz que primeiro soou nesta terra? A voz do povo vermelho que só tinha arcos e flechas...*O que foi feito em minha terra, eu não quis, nem pedi; os brancos percorrendo minha terra...Quando o homem branco vem ao meu território, deixa uma trilha de sangue atrás dele...*Tenho duas montanhas neste território — as Black Hills e a montanha Big Horn. Quero que o Pai Grande não faça estradas através delas. Disse estas coisas três vezes; agora venho dizê-las pela quarta vez.— (BROWN, 2003, p. 85)

Quando eu era jovem, andava por todo este território, pelo leste e oeste, e nunca vi outro povo além dos apaches. Depois de muitos verões, andei novamente por ele e encontrei outra raça de pessoas, que viera para tomá-lo. Como é isso? É por isso que os apaches esperam morrer — e não dão mais importância para suas vidas? Percorrem as montanhas e as planícies e querem que o céu desabe sobre eles. Os apaches eram outrora uma grande nação; agora são poucos e por isso querem morrer e não se importam mais com suas vidas.— (BROWN, 2003, p. 185)

Não quero mais correr pelas montanhas; quero fazer um grande tratado... Manterei minha palavra até que as pedras derretam...Deus fez o homem branco e Deus fez o apache, e o apache tem tanto direito ao território quanto o homem branco. Quero fazer um tratado que dure, para que ambos possam viajar pelo território e não haja transtornos.— (BROWN, 2003, p. 185)

Se não fosse pelo massacre, haveria muito mais gente aqui nesse momento; mas depois desse massacre quem Poderia ficar? Quando fiz a paz com o tenente Whitman meu coração estava muito grande e feliz. *A gente de Tucson e San Xavier deve ser louca. Agiram como se não tivessem cabeças nem corações... devem ter sede de nosso sangue... Essa gente de Tucson*

escreveu para os jornais e contou sua história. Os apaches não têm ninguém para contar sua história.— (BROWN, 2003, p. 185)

Esses relatos evidenciam práticas testemunhais, o que entra em contraponto aos atos do Juiz, que buscava em toda narrativa legitimar a sua suserania.

Tudo que existe, disse. Tudo que na criação existe sem meu conhecimento existe sem meu consentimento.

Só a natureza pode escravizar o homem e só quando a existência da última entidade tiver sido desencavada e exposta diante dele é que ele se tornará do modo apropriado o suserano da terra.

Um suserano governa até onde há outros governantes. Sua autoridade revoga qualquer deliberação local. Toadvine cuspiu. O juiz pôs as mãos no chão. Olhou para seu inquiridor. Isso é o que reivindico, disse. E contudo por toda parte existem bolsas de vida autônoma. Autônoma. Para que isso possa ser meu nada deve ter permissão de acontecer sobre ela a não ser por minha determinação. (MCCARTHY, 2009, p. 212)

Ele quer descoser o fio que ordena a tapeçaria que se entrelaça em meio ao caos e incontáveis massacres que findam na conquista do oeste norte americano, e ele quer tear essas narrativas e eliminar qualquer forma de resistência. O Juiz representa por si dois elementos chaves para se compreender a democracia republicana: o estado de exceção e o controle da narrativa histórica. Por meio dos seus atos como anti-testemunha ele molda a história, eliminando qualquer traço de oposição a sua suserania, e nos atos de extrema violência sancionados pelo poder estatal ele revela os momentos excepcionais em que governos democráticos sucumbem a barbárie.

No próximo capítulo trarei novos contornos a monografia. Ao colocar em perspectiva a obra de Achille Mbembe e o Juiz Holden.

4 A GUERRA É DEUS

O juiz sorriu. Os homens nasceram para os jogos. Nada mais. Qualquer criança sabe que brincar é mais nobre que trabalhar. Sabe também que o valor ou mérito de um jogo não é inerente ao jogo em si mas antes ao valor do que está em risco. Jogos de azar exigem uma aposta para significar alguma coisa. Jogos esportivos envolvem a habilidade e força dos oponentes e a humilhação da derrota e o orgulho da vitória são em si mesmos aposta suficiente pois estão indissociavelmente ligados ao valor dos envolvidos e os definem. Mas seja qual for a prova, se de sorte ou valor, todo jogo aspira à condição de guerra pois nesse caso o que se aposta suprime tudo, jogo, jogadores, tudo. Imaginem dois homens jogando cartas sem outra coisa para apostar além de suas vidas. Quem já não ouviu falar de algo assim? A virada de uma carta. Para esse jogador o universo inteiro avançou laboriosamente em todo seu fragor para chegar a esse momento que dirá se ele vai morrer na mão daquele homem ou se aquele homem morrerá na sua. Que confirmação mais definitiva do valor de um homem pode haver que essa? Essa intensificação do jogo a sua condição suprema não admite qualquer discussão relativa à ideia de destino. A seleção de um homem em detrimento de outro é uma preferência absoluta e irrevogável e é um estúpido genuíno aquele capaz de supor uma decisão assim tão profunda sem um agente ou significação, uma coisa ou outra. Em tais disputas em que o que está em jogo é a aniquilação do derrotado as decisões são cristalinas. Esse Homem segurando esse arranjo particular de cartas em sua mão é por isso removido da existência. *Essa é a natureza da guerra, cuja aposta é ao mesmo tempo o jogo e a autoridade e a justificação.* Vista dessa forma, a guerra é a forma mais legítima de divinação. Significa pôr à prova a vontade de um indivíduo e a vontade de outro no contexto dessa vontade mais ampla que, ao ligar as deles, é por conseguinte forçada a selecionar. *A guerra é o jogo supremo porque a guerra é em última instância um forçar da unidade da existência. A guerra é deus.* (MCCARTHY, 2009, p. 261)

Holden acima de tudo é um manipulador, mas não dos comuns, ele manipula as palavras, por fim ele chega aos homens, pouco importando o poder de inserção na sociedade, ele os “governa”, e é esse o seu traço mais próximo da realidade, ele é um suserano fora do estado, ele é a representação artística do estado de exceção.

Se a força moral do governo popular na paz é a virtude, a força moral do governo popular em revolução é ao mesmo tempo virtude e terror: a virtude, sem a qual o terror é funesto; o terror, sem o qual a virtude é impotente. O terror nada mais é que a justiça imediata, severa, inflexível; ele é, portanto, uma emanção da virtude. Mais que um princípio particular, é uma consequência do princípio geral da democracia aplicado às mais prementes necessidades da pátria. (ROBESPIERRE, 2007, p. 185)

O governo americano cresceu em otimismo no decorrer do séc. XIX, ele se embebedou da paz, antes de estabelecer a sua corrida de conquistas no oeste e vivenciar o terror mais puro em sua guerra civil. As treze colônias iniciais buscavam legitimar a sua forma de estado, o republicano, e para isso conquistaram o oeste, a república americana se forma em dois modos distintos, o da mais pura violência, e o mito, este sim imaginário, do colono pacífico que desbravou o oeste.

Fenômeno parecido é observado nos bandeirantes brasileiros que nada tinham de pacíficos os quais aterravam em seus corpos a figura do soberano, e já naquela época tinham como religião essencial à mera violência, no entanto mesmo assim emolduram nossas cidades em monumentos a seus feitos ou em nomes de ruas ou escolas.

[...] pela qual razão requeremos ao senhor capitão da parte de Deus e de sua majestade que sua mercê com a gente desta dita capitania faça guerra campal aos índios nomeados carijós os quais a tem há muitos anos merecida por terem mortos de quarenta anos a esta parte mais de cento e cinquenta homens brancos assim como portugueses e espanhóis até matarem padres da Companhia de Jesus que os foram doutrinar e ensinar a nossa santa fé católica pela matança que assim fizeram e fazem foi mandado pelo senhor Martim Afonso deSouza, quando se foi desta terra, que seja feita guerra a estes índios carijós, pois eles mataram oitenta homens de uma expedição que foi mandada por ele pela terra adentro. Para esta guerra aos índios o senhor Martim Afonso deixou nomeados como capitães Ruy Pintoe Pedro de Góes, homens fidalgos, e se até então não foi feita esta guerra foi por que a gente desta capitania foi à guerra aos de Iguape e por lá se mataram gente se desfez a dita guerra e até agora não houve oportunidade para se poder fazer, como está tendo neste momento, pois depois que mataram os primeiros oitenta homens, mataram ainda, por vezes, outros tantos, e mataram a cada dia, por serem muito traiçoeiros e inimigos de homens brancos [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1585, p. 276).

Era uma situação de guerra campal, eles perfilhavam os povos indígenas, e os matavam, com o objetivo de arrogar campos para escravizar povos originários da costa africana, assim alimentando a crescente economia presente no capitalismo comercial. Também indígenas sobreviventes eram escravizados. Portanto o ideário de convivência pacífica, entre colonos, poder municipal e bandeirantes é um mito à brasileira.

No momento em que o pertencimento ao corpo político passava a ser determinado instintivamente pelo nascimento, o que resultava na pretensão da igualdade, (com a

abolição de status políticos hereditários como a nobreza, ou o clero), nascia o Terror, enquanto mecanismo de fundação da República na e pela guerra. De certa maneira, convertia as virtudes do republicanismo em um dispositivo de total politização do corpo social, da vida, o que resultou na hecatombe de inimigos que justifiquem a proteção a soberania, como afirma Carl Schmitt, “o oponente político não possuía ‘virtude’, isto é, a devida atitude política, não possuía ‘civismo’.” (SCHMITT, Carl. *Constitutional Theory*) No texto o personagem que incorpora o cerne dessa visão republicana de mundo é Holden, mas antes dele, White proclama a visão que ele tem do governo mexicano.

O capitão se curvou para trás e cruzou os braços. Estamos lidando aqui é com uma raça de degenerados, disse. Uma raça de mestiços, não muito melhor que negros. E talvez nem isso. Não existe governo no México. Diabo, não existe Deus no México. Nunca vai existir. A gente está lidando com um povo absolutamente incapaz de se governar sozinho. E sabe o que acontece com povos que não conseguem se governar sozinhos? Isso mesmo. Outros vêm e governam por eles. (MCCARTHY, 2009, p. 38)

Por fim, o exemplo diz por si só a forma como White, e certamente o americano médio (com direito a cidadania) da época via o povo mexicano, “não existe governo no México”, “não existe Deus no México”, “um povo absolutamente incapaz de se governar sozinho”. Essa negação da prática de alteridade com os outros povos é inerente à democracia americana, talvez seja inerente a prática do republicanismo, em conjunto a isso nós vemos o ato de uma violência análoga à da soberania do Rei de “fazer morrer e deixar viver”.

O nome dele é Glanton, disse Toadvine. Fez um contrato com Trias. Vão pagar a ele cem dólares a cabeça por escalpos emil pela cabeça de Gómez. Disse a ele que somos três. Senhores, estamos de saída desse buraco de merda (...)

Três dias depois cavalgavam em fila única pelas ruas com o governador e seu grupo, o governador em um garanhão cinza-claro e os matadores em seus pequenos pôneis de batalha sorrindo e distribuindo medidas e as lindas jovens de pele escura atirando flores das janelas e algumas jogando beijos e meninos pequenos correndo ao lado do cortejo e velhos acenando com os chapéus e gritando vivas e Toadvine e o kid e o veterano à retaguarda, os pés do veterano metidos em tapaderos pendendo rente ao chão, tão longas as suas pernas, tão curtas as do cavalo. E atravessaram o limite da cidade passando pelo velho aqueduto de pedra onde o governador lhes deu as bênçãos e bebeu à saúde e

ao sucesso deles numa cerimônia simples e desse modo tomaram a estrada país adentro. (MCCARTHY, 2009, p. 176)

É nesse instante da obra que o poder soberano se mescla à selvageria de Glanton e do Juiz Holden. O governador Trias, um republicano que aos olhos de todos aparenta decência e bons modos faz um acordo com Holden, e suspende a Lei, criando um momento excepcional, no qual um bando de criminosos executará indígenas de forma indiscriminada e serão recompensados por cada escalpo devolvido à autoridade soberana.

O que também se observa é absoluta concordância de toda cidade sobre o estado de exceção colocado na região, logo, é cabível determinar que o ato de excluir a cidadania àqueles que são tachados como parte de um grupo alheio à comunidade cidadã se dá unicamente por serem uma ameaça ao status quo. E o desenho desta relação de causa/consequência da exclusão da cidadania às figuras ditas hostis não é outro senão a mais pura barbárie (legitimada pelo poder soberano).

O paradigma político do campo de extermínio determina que o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito, com prazos e instantes bem definidos, adquirindo de acordo com Agamben, um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da lei.

“O terror se converte numa forma de demarcar a aberração no corpo político” (MBEMBE, 2016, p. 130), e nesse sentido Mbembe debate as metáforas periféricas para a violência soberana, o campo de concentração, mas não só ele, como o último sinal do poder absoluto do negativo.

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2016, p. 125)

É conveniente elencar a conquista do oeste, como uma forma limítrofe de soberania. O Estado norte americano atuou de forma deliberada e contínua na destruição de corpos humanos e de populações. Uma aproximação é feita à figura do

Juiz, quando pensamos no conceito sobre a morte exposto por Hegel, no qual ele afirma:

A concepção da morte, para Hegel, está centrada em um conceito bipartido de negatividade. Primeiro, o ser humano nega a natureza (negação exteriorizada no seu esforço para reduzir a natureza a suas próprias necessidades); e, em segundo lugar, ele ou ela transforma o elemento negado por meio de trabalho e luta. Ao transformara natureza, o ser humano cria um mundo; mas no processo, ele ou ela fica exposto(a) a sua própria negatividade. (MBEMBE, 2016, p.126)

Em diversos momentos, o Juiz Holden moldou a natureza no livro, quando ele persegue pássaros exóticos, ou lida com a pólvora de forma criativa. Holden reduz a natureza às suas necessidades, mas ao mesmo tempo ele nega a natureza, e esse é um fato fundante do atual estágio do capitalismo como um todo, o negacionismo dos males ambientais, a queima indiscriminada de combustíveis fósseis, o degelo dos polos sul e norte e o desmatamento maciço de florestas subtropicais. No segundo processo cabe ambientar todo o meio-oeste como produto a ser obliterado pelas mãos do homem, e nesse sentido Holden e o bando Glanton atingem a “maioridade” e são brutais e violentos numa escala pouco vista na literatura.

Na primeira descarga matamos uma dúzia e não houve mais trégua. Antes que o último pobre-diabo de um negróide rolasse pro fundo da encosta já tinha cinquenta e oito deles massacrados no meio dos pedregulhos. Eles simplesmente escorregavam pela vertente como a limpadura numa canoura, uns virando desse lado, outros de outro, e se amontoando como uma cadeia humana na base da montanha. A gente apoiou o cano dos rifles no enxofre e derrubamos mais nove correndo na lava. Era um tiro ao alvo, é o que era. Todo mundo apostava. O último a ser atingido estava a uma boa fração de quilômetro das bocas das armas e correndo feito um condenado. Foi uma fuzilaria certa pra todo lado e nem um tiro perdido pela tropa com aquela pólvora esquisita. (MCCARTHY, 2009, p. 146)

O controle sobre a morte se acentua nessa imagem artística, na qual o juiz encena o perfil alegórico da morte em larga escala. Os aborígenes da cena mal têm chance de defesa e são olvidados pelos bandoleiros, e não há razão para que haja o esquecimento de que essa chacina nasce da tutela do soberano (governador Trias). O

estado de exceção e a relação de inimizade se revelam como o arcabouço normativo ao direito de matar. Nesse jogo de interesses o poder (não sendo um ato exclusivo do estado) rotineiramente se refere e apela à exceção e a uma noção ficcional do inimigo.

A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida. Como sugere Susan Buck-Morss, a condição de escravo produz uma contradição entre a liberdade de propriedade e a liberdade da pessoa. Uma relação desigual é estabelecida junto com a desigualdade do poder sobre a vida. *Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio*: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu dominador. Dado que a vida do escravo é como uma “coisa” possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada. (MBEMBE, 2016, p. 126)

Nesse trecho Achille Mbembe trata da escravidão como prática de comércio, e em como ela afeta o corpo das pessoas escravizadas. Elas se vêem fora do seu lar, fora do afeto de suas famílias, e com a restrição total do direito pela posse dos seus corpos (por mais que pelo meio da dança, música, capoeira e outras práticas corporais ocorra resistência), no livro a caça aos escalpo(s) dos indígenas da região governada por Trias representa essa tara do poder soberano pelo corpo dos seus súditos.

Centenas de moradores espremiavam-se em volta quando os escalpos secos foram contados sobre as pedras. Soldados com mosquetes mantinham a multidão para trás e as moças observavam os americanos com imensos olhos negros e garotos se aproximavam rastejando para tocar os troféus macabros. ***Havia cento e vinte e oito escalpos e oito cabeças e o lugar-tenente do governador e sua comitiva desceram para o pátio a fim de lhes dar as boas-vindas e admirar seu feito. Prometeram-lhes todo o pagamento em ouro a ser feito durante o jantar em sua homenagem no Riddle and Stephens Hotel e com isso os americanos soltaram um viva de aprovação e voltaram a subir nos cavalos.*** Velhas metidas em rebozos pretos se aproximaram para beijar a bainha de suas camisas fétidas e estendiam suas mãos pequenas e escuras em sinal de bênção e os cavaleiros fizeram meia-volta em suas montarias esqueléticas e abriram caminho entre a turba ruidosa para ganhar as ruas. (...)

Trias já tomara seu assento quando o juiz entrou mas nem bem o notou voltou a se pôr de pé e apertaram as mãos cordialmente e o governador fez com que se sentasse a sua direita e de imediato principiaram a entabular conversa numa língua ininteligível a quem quer que fosse naquele recinto salvo um ou outro epíteto de baixo calão desgarrado do norte. (McCARTHY, 2009, p.178)

O poder soberano se mescla à “suserania” do Juiz e os dois conversam como irmãos, em pé de igualdade, essa sintonia entre o estado democrático de direito e a ilegalidade presente em momentos de exceção define a postura da república colonial. Os “inimigos” mudaram, mas na América Latina e Central a exceção ainda é regra.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no séculos XX "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (BENJAMIN, 1987, p.226).

O século XXI aportou e a sombra do fascismo cresceu sobre o berço latinoamericano, no Chile o que se vê é a hecatombe de uma guerra civil, na Bolívia há um golpe com características abertamente racistas e com riscos reais de desaguar em um novo genocídio ameríndio na região, e em território brasileiro nasce o assombro de uma extrema-direita com ligações paramilitares e neopentecostais. Na fronteira México/estadunidense a idéia de um muro com motivações xenófobas remete à fala do Capitão White na qual há um povo que não consegue se governar e será assim governado por outro. Essa é a visão de Trump e dos seus correligionários, o inimigo imaginário presente, no século XIX, ainda reverbera nos aflitos conservadores norte-americanos.

Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno e também na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (ab legibus solutus) e no qual tipicamente a “paz” assume a face de uma “guerra sem fim”. (MBEMBE, 2016, pág. 132)

Após o encontro e o pagamento em peso de ouro pelos escalpo(s) recolhidos pelo bando, eles partem em jornada, mas agora a ótica é outra, e eles indiscriminadamente

recolhem o escalpo do corpo de ‘mestiços’. “O mexicano morto McGill fora escalpelado e os crânios ensanguentados já começavam a enegrecer sob o sol”, McCARTHY, 2009, p.186) e dos indígenas que eles encontram pelo caminho. Isso remete ao ideário de uma “guerra sem fim”, os norte-americanos não diferenciavam os mexicanos e os indígenas, pois ambos fazem parte do jogo do colonialismo que eles ofereciam à região. McGill fazia parte do bando, lutou em conjunto com os seus companheiros, mas após a sua morte, o aspecto mais notável da sua identidade é revelada, e ele se torna apenas mais um no montante de corpos matáveis que Glanton e o seu bando acumulavam. E no decorrer das páginas é revelada a máxima percepção da ‘colônia’ como formação do terror.

Entravam e saíam pelas portas com os cavalos e quando o ouro começou a escassear os lojistas se viram presenteados com promissórias rabiscadas em papel pardo numa língua estrangeira em troca de prateleiras inteiras de mercadorias. Lojas começaram a fechar. Pichações de carvão apareciam nas paredes caiadas. *Mejor los indios...* (McCARTHY, 2009, p.181)

Aproximaram-se daquelas tendas miseráveis à luz alongada do dia agonizante, movendo-se contra o vento pela margem sul do rio onde podiam sentir o cheiro da lenha queimando nas fogueiras. Quando os primeiros cachorros latiram Glanton esporeou o cavalo e saíram de trás das árvores e atravessaram o trato árido com os longos pescoços dos animais projetados da poeira como uma matilha ávida e os cavaleiros os chicoteando na direção da luz do sol onde *as silhuetas das mulheres erguendo-se de suas tarefas delinearam-se achatadas e rígidas por um instante antes que pudessem se dar conta plenamente da realidade daquele pandemônio de pó arremetendo num tropel em sua direção. Paralisadas em estupor, descalças, vestidas como algodão cru daquelas terras. Seguravam colheres de pau, crianças nuas. Com o primeiro fogo uma dúzia se dobrou e caiu.* Os demais começaram a correr, gente velha jogando as mãos para o alto, crianças dando passinhos incertos e pestanejando sob o tiroteio. Alguns jovens apareceram com arcos esticados e foram baleados e então os cavaleiros avançaram por toda a aldeia atropelando as choças de colmo e distribuindo cacetadas em meio à gritaria generalizada. Muito depois de escurecer nessa noite com a lua já bem alta um grupo de mulheres que subira o rio para secar peixe regressou à aldeia e vagou aos prantos pelas ruínas. Algumas fogueiras ainda fumegavam no chão e cachorros moviam-se furtivamente por entre os cadáveres. *Uma velha ajoelhou junto às pedras enegrecidas diante de sua porta e enfiou alguns galhos entre os carvões e soprou até reavivar as chamas no meio das cinzas e começou a endireitar os potes tombados.* A toda sua volta os mortos jaziam com os crânios esfolados como pólipos úmidos azulados ou melões luminescentes esfriando sobre uma meseta lunar. ***Nos dias que se seguiriam os frágeis negros rébus de sangue naquelas areias iriam trincar e rachar e se dissipar de modo que no ciclo de poucos sóis todo vestígio da destruição daquele povo seria apagado. O vento do deserto cobriria de sal suas ruínas e não haveria***

mais nada, nem fantasma nem escriba, para contar a algum peregrino de passagem como era aquele povo que vivera naquele lugar e naquele lugar morrerá. (McCARTHY, 2009, p.185)

Não haviam matado em público em uma cidade daquele porte mas não dava para evitar. Três homens corriam pela rua e dois outros andavam a largas passadas através da praça. (...) O juiz se afastou da porta no interior da cantina onde os americanos olhavam uns para os outros e para os corpos numa espécie de perplexidade. Olharam para Glanton. Seus olhos chispavam através do ambiente enfumaçado. O chapéu estava pousado sobre uma mesa. *Ele foi até lá e o apanhou e o enfiou na cabeça e o ajeitou. Olhou em torno. Os homens recarregavam as câmaras esvaziadas de suas pistolas. Cabelo, rapazes, ele disse. A fonte nesse nosso ramo ainda não secou.* Quando saíram da cantina dez minutos mais tarde as ruas estavam desertas. Havia escalpelado todos os mortos, patinando sobre um piso que costumava ser de terra batida e agora era uma lama cor de vinho. Havia vinte e oito mexicanos dentro da taverna e mais oito na rua incluindo os cinco que o ex-padre matou. Montaram. Grimley sentava apoiado de lado contra a parede de barro do prédio. Não ergueu o olhar. Segurava a pistola no colo e olhava para o fim da rua e eles viraram e cavalgaram pelo lado norte da plaza e sumiram. Levou trinta minutos para alguém aparecer na rua. Falavam aos sussurros. Quando se aproximaram da cantina um dos homens ali dentro surgiu no vão da porta como um fantasma ensanguentado. Havia sido escalpelado e o sangue escorria por toda parte entrando em seus olhos e ele pressionava um imenso buraco em seu peito onde uma espuma rósea borbulhava ao inspirar e expirar. Um dos moradores pousou a mão em seu ombro. A dónde vas? disse. A casa, disse o homem. (McCARTHY, 2009, p.191)

Esses exemplos referenciam a ultra-violência presente no romance, e na conquista do ocidente norte-americano, os relatos colocam em perspectiva o genocídio ameríndio e o ato soberano e político voltado ao terror que atingia um patamar insondável. A realidade, ou a verdade histórica proposta por Benjamin reside no povo que foi olvidado da história, tanto nas páginas do romance quanto da história americana “o vento do deserto cobriria de sal suas ruínas e não haveria mais nada, nem fantasma nem escriba, para contar a algum peregrino de passagem como era aquele povo que vivera naquele lugar e naquele lugar morrerá”. O ato de obliterar da terra um povo, um ‘inimigo’ remonta a Cartago, os romanos arrasaram a cidade, até os seus alicerces e o chão foi salgado (colocado sal) para que nada nele crescesse. É um testemunho de uma violência sem precedentes. Em cada pequeno espaço do ocidente norte-americano há uma Cartago, uma pequena mancha de civilização exposta ao imperialismo norte-americano e assolado da história, do prisma pertencente ao real, e ocorreu uma dupla morte, a morte presente no esquecimento, tais povos que viveram

suas vidas no meio oeste não tiveram o direito presente na história de serem lembrados. O que se vê é o mito fundador dos EUA presente no “bom colono” que a partir das suas forças conseguiu conquistar o oeste “selvagem”.

Da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo provém a constatação de que as colônias possam ser governadas na ilegalidade absoluta. Aos olhos do conquistador, “vida selvagem” é apenas outra forma de “vida animal”, uma experiência assustadora, algo alienígena além da imaginação ou compreensão. (MBEMBE, 2016, p. 133)

Achille Mbembe determina que há uma visão supremacista do colonizador sobre a colônia. Quando refletimos sobre a estrutura dos estados norte-americano e mexicano no século XIX o racismo com o indígena se mescla com o referido “mestiço” (mexicano). No livro a personagem de Glanton alerta a sua visão sobre os mexicanos, e é convencionalizada a tese de que não existem mexicanos puros, o engraçado é que ele não usa a mesma estrutura de argumentação para o seu povo. O colonialismo se estende para a visão dos estadunidenses com a América Latina, tendo estabelecido ditaduras na região, ou influenciando governos com temáticas autoritárias. Um dos pontos citados pelo autor é a “vida selvagem” condizente com a “vida animal”, dois mundos que não podem ser separados quando imperialistas repensam a colônia...

É importante citar o autor de livros infantis britânico Rudyard Kipling conhecido por seus livros, novelas e poemas foi laureado em 1907 com o prêmio Nobel de Literatura. Foi referência para compreensão de como a política imperialista inglesa ocorreu, tendo sido rotulado pelo escritor George Orwell (1903-1950) como o profeta do imperialismo britânico, o que pode ser esmiuçado no seu poema “O fardo do homem branco”:

Tomai o fardo do Homem Branco/Enviai vossos melhores filhos/ ide,
condenai seus filhos ao exílio/Para servirem aos vossos cativos:/Para esperar,
com chicotes pesados/O povo agitado e selvagem/Vossos cativos, tristes
povos,/Metade demônio, metade criança.

O poema perpassa o sacrifício do imperialista ao se doar para levar a civilização ao colono eclipsado pela sua condição, ele fará de tudo ao seu alcance para civilizar os

rincões da terra, até empregará de “chicotes pesados”, ou no caso específico norte-americano o “Big Stick”, o grande porrete que foi utilizado de forma extensiva pela diplomacia estadunidense para amenizar a influência europeia na América e firmar o seu “status” de potência imperialista da região. O germe dessa ideologia pode ser visto e sentido na conquista do ocidente. Tal guerra, afinal, é um meio para alcançar a soberania total ao se exercer de forma indiscriminada o direito de matar.

A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. Em vez disso, o terror colonial se entrelaça constantemente com fantasias geradas colonialmente, caracterizadas por terras selvagens, morte e ficções para criar um efeito de real. (MBEMBE, 2016 p. 134)

A fantasia criada pelo colonialista/imperialista ressoa o ato da manipulação histórica, o bestialismo que está presente em todo o romance são leques de figuras de representação que acompanhavam o imaginário norte-americano por anos, os lobos estão sempre por perto, os seus olhos são sentidos em pleno romance, assim como há a presença massiva dos apaches, como uma ameaça oculta que traz fascínio, e ódio numa mesma medida. Essa lógica ocorre no livro, no cenário real a campanha de ódio aos povos tradicionais norte-americanos e aos mexicanos era massiva.

As guerras coloniais são concebidas como a expressão de uma hostilidade absoluta que coloca o conquistador contra um inimigo absoluto (MBEMBE, 2016, p. 134). O europeu colonizador estava acostumado com um conceito de guerra de duas forças quase sempre igualitárias, mas no momento em que ele estabelece colônias no além mundo, ele é apresentado a uma nova face da guerra, que deságua no conceito do extermínio, e esse modelo precisava ser justificado, é nesse ínterim que o ódio ao outro precisa ser elevado a outra potência. Na conquista do oeste essa face do imperialismo é escancarada, e o seu fiel da balança no romance é Holden. Em determinada epifania ele diz aos seus companheiros que “a guerra é deus” e fica subentendido que o juiz seria um dos artífices desse demiurgo, um ator sombrio que desliza pelos cenários do

oeste como sua força irresistível e que busca apenas colapsar os inimigos da “divindade” que ele representa.

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto. (MBEMBE, 2016, p. 134)

O controle geográfico do meio-oeste estadunidense ressignificou a potência econômica dos norte-americanos, e criou as bases do seu império, eles ainda eram nômades quando comparados aos seus nêmesis europeus no século XIX, mas foram solidificando as bases do seu “status” atual, e é inerente para esse avanço a guerra total perpetrada contra o ocidente. A afirmação soberana norte-americana se deu na área econômica, cultural, e também na mera violência. Como o autor afirma, o espaço é matéria fundante da soberania e está sempre elencado com a violência, pois é possível determinar espaços em que a exceção poderá ocorrer, o ideário do inimigo e a manipulação histórica que afirme o terreno nacional. Um fato inusitado se dá na Bélgica, o monarca Leopoldo II conhecido pelo horror genocida perpetrado no Congo colonial, já no seu país é reconhecido como o rei construtor. São práticas inerentes às soberanias coloniais o ato da manipulação histórica. Beira a uma postura de defesa aos interesses nacionais, como seria possível manter a normalidade com o peso do sangue presente em toda ocupação, colonial, ou prática genocida? Logo a postura do juiz Holden em sumariamente apagar da história, qualquer versão, ou visão da história que não obedeça aos seus comandos, é essencialmente uma prática de um ente colonial.

Aníbal Quijano deslocou a perspectiva da colonialidade para a América, dentro do espaço-tempo que se condicionou na modernidade. O autor identifica na raça a figura central que codificou as diferenças entre os “conquistadores e “conquistados”:

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em conseqüência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos. Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO 2005, p. 117-118).

Assim se deu a partilha da África e da Ásia pelos europeus, bem como o genocídio ameríndio nas Américas. Os “conquistadores” tangenciaram uma nova forma de violência, o pulsar sem freios do capitalismo comercial, e dessa mutação nasce o colonialismo, um monstro bíblico mais tenebroso até que “Leviatã”.

A dominação europeia não ocorreu unicamente nos vínculos de trabalho. Em um dos seus processos mais virulentos ela encenou a máxima da “re-identificação histórica”. Na qual o centro subjetivo do mundo seria a Europa, em termos populares os europeus nessa visão de mundo seriam tanto o ovo, quanto a galinha.

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia européia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (QUIJANO 2005, p. 121).

A conquista do Velho-Oeste encenada tantas vezes no cinema norte-americano, ou as tantas terras médias presentes na literatura e cinema ocidentais conduzem a um estar no mundo tipicamente Europeu ou/e branco. A cultura é uma forma astuta de poder, pois ela vende o entretenimento, um consumo que nos passa despercebido no dia a dia. E neste ponto que recordo o caricato Juiz Holden, uma figura que vivencia a história, porém a manipula dizimando culturas, assim como as relegando ao esquecimento, pois ao Juiz a única vivência que lhe interessa é na forma mais bruta de poder, o poder colonial.

A Europa pré-colonialismo se encontrava na periferia do mundo, provavelmente nesse momento histórico Holden residia no Magreb árabe exercendo a sua suserania. Enrique Dussel evidencia:

Em quarto lugar, a Europa latina medieval também enfrenta o mundo árabe-turco. Novamente Aristóteles, por exemplo, é considerado mais um

filósofo nas mãos dos árabes que dos cristãos. Abelardo, Alberto Magno e Tomás de Aquino, contra a tradição e arriscando-se a condenações, utilizam o estagirita. De fato, Aristóteles será usado e estudado como o grande metafísico e lógico em Bagdá, muito antes de que na Espanha muçulmana seja traduzido ao latim, e de Toledo chegue a Paris no final do século XII. A Europa distingue-se agora da África, pela primeira vez (já que esta é muçulmana berbere; o Magrebe), e do mundo oriental (principalmente do Império Bizantino, e dos comerciantes do Mediterrâneo Oriental, do Oriente Médio). As Cruzadas representam a primeira tentativa da Europa latina de impor-se no Mediterrâneo Oriental. Fracassam, e com isso a Europa latina continua sendo uma cultura periférica, secundária e isolada pelo mundo turco muçulmano, que domina politicamente do Marrocos até o Egito, a Mesopotâmia, o Império Mongol do Norte da Índia, os reinos mercantis de Málaga, até a ilha Mindanao, nas Filipinas, no século XIII. A “universalidade” muçulmana é a que chega do Atlântico ao Pacífico. A Europa latina é uma cultura periférica e nunca foi, até este momento, “centro” da história; nem mesmo com o Império Romano (que por sua localização extremamente ocidental, nunca foi centro nem mesmo da história do continente euro-asiático). Se algum império foi o centro da história regional euro-asiática antes do mundo muçulmano, só podemos referir-nos aos impérios helenistas, desde os Seleucidas, Ptolomaicos, Antíocos, etc. Mas, de qualquer modo, o helenismo não é Europa, e não alcançou uma “universalidade” tão ampla como a muçulmana no século XV. (DUSSEL, 2005, p. 26-27).

A Europa ocidental estabelece a sua origem no mundo greco-romano, mas como Dussel escancara tudo não passou de uma hipérbole. O verdadeiro cenário “pré-encobrimento” é de periferia em relação às margens que a delimitam. A Europa como cultura central do helenismo é um mito fabricado, após a ascensão do capitalismo colonial. E tal mito é o da modernidade:

A Modernidade, como novo “paradigma” de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico. O século XVII já é fruto do século XVI; Holanda, França e Inglaterra representam o desenvolvimento posterior no horizonte aberto por Portugal e Espanha. A América Latina entra na Modernidade (muito antes que a América do Norte) como a “outra face”, dominada, explorada, encoberta. (...)

A “Modernidade” é justificativa de uma práxis irracional de violência. O mito poderia ser assim descrito:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à

européia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).

4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).

5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera).

6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.

7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera. (DUSSEL, 2005, p. 30).

Logo:

Por tudo isso, se pretende-se a superação da “Modernidade”, será necessário negar a negação do mito da Modernidade. Para tanto, a “outra-face” negada e vitimada da “Modernidade” deve primeiramente descobrir-se “inocente”: é a “vítima inocente” do sacrifício ritual, que ao descobrir-se inocente julga a “Modernidade” como culpada da violência sacrificadora, conquistadora originária, constitutiva, essencial. Ao negar a inocência da “Modernidade” e ao afirmar a Alteridade do “Outro”, negado antes como vítima culpada, permite “des-cobrir” pela primeira vez a **“outra-face” oculta e essencial à “Modernidade”: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (as “vítimas” da “Modernidade”) como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria “Modernidade”)**. (DUSSEL, 2005, p. 30-31).

Apenas quando se nega o mito civilizatório e da inocência da violência moderna se reconhece a injustiçada práxis sacrificial fora da Europa (e mesmo na própria Europa) e, então, pode-se igualmente superar a limitação essencial da “razão emancipadora”. Supera-se a razão emancipadora como “razão libertadora” quando se descobre o “eurocentrismo” da razão ilustrada, quando se define a “falácia desenvolvimentista” do processo de modernização hegemônico. Isto é possível, mesmo para a razão da Ilustração, quando eticamente se descobre a dignidade do Outro (da outra cultura, do outro sexo e gênero, etc.); quando sede clara inocente a vítima pela afirmação de sua Alteridade como Identidade na Exterioridade como pessoas que foram negadas pela Modernidade. Desta maneira, a razão moderna é transcendida (mas não como negação da razão enquanto tal, e sim da razão eurocêntrica, violenta, desenvolvimentista, hegemônica). Trata-se de uma “Trans-Modernidade” como projeto mundial de libertação em que a Alteridade, que era essencial à Modernidade, igualmente se realize. A “realização” não se efetua na passagem da potência da Modernidade à atualidade dessa Modernidade européia. A “realização” seria agora a passagem transcendente, na qual a Modernidade e sua Alteridade negada (as vítimas) se co-realizariam por mútua fecundidade

criadora. O projeto transmoderno é uma co-realização do impossível para a Modernidade; ou seja, é co-realização de solidariedade, que chamamos de analéptica, de: Centro/Periferia, Mulher/Homem,diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc.; não por pura negação, mas por incorporação partindo da Alteridade. (DUSSEL, 2005, p. 31).

A negação presente na modernidade aos povos olvidados é personificada no Juiz Holden, quando ele sentencia ao fim do romance “Ele Dança sob a luz e sob a sombra e é um grande favorito. Ele nunca dorme, o juiz. Ele está dançando, dançando. Ele diz que nunca vai morrer” (McCARTHY, 2009, p.348). Holden afirma a sua imortalidade, o seu fogo interno imenso que gira como uma locomotiva cravando suas garras na história. O Juiz entra em estado belicoso, e para este colonialista a guerra colonial é justa, a guerra é uma face de deus, no entanto há outra face da modernidade, um espaço-tempo que não foi incorporado e dentro desse labirinto ocorre a Alteridade. Através das vítimas desse tormento incalculável se dá a quebra ao processo “racional” da modernidade.

O juiz sorriu. Falou baixinho na direção do cubículo escuro de barro. Você se ofereceu, disse, para tomar parte numa obra. Mas serviu de testemunha contra si mesmo. Levou a julgamento seus próprios atos. Pôs as próprias suposições na frente dos julgamentos da história e rompeu com o corpo com o qual se compromete a tomar parte e envenenou esse corpo em toda sua empresa. Escuta aqui, homem. Lá no deserto foi a você que falei, a você e a mais ninguém, e você me fez ouvidos moucos. *Se a guerra não é sagrada o homem nada é além de barro burlesco.* Até mesmo o cretino do padre agiu de boa-fé segundo seu papel. Pois de nenhum homem se exigiu dar mais do que possuía nem tampouco era o quinhão de nenhum homem comparável ao do outro. Apenas se esperava de cada um que entregasse seu espírito ao espírito coletivo e teve um que se recusou. Sabe me dizer quem foi? Foi você, sussurrou o Kid. Quem recusou foi você. *O juiz o observou através das barras, abanou a cabeça. O que une os homens, disse, não é a partilha do pão mas a partilha dos inimigos.* Mas se eu fosse seu inimigo com quem você teria me partilhado? Com quem? O padre? Onde ele está agora? Olha aqui. Nossas animosidades estavam formadas e à nossa espera até mesmo antes da gente se conhecer. Contudo, mesmo assim você podia ter mudado tudo. (McCARTHY, 2009, p.343)

O que une os homens não é a partilha do pão, mas a partilha dos inimigos. Quando pensamos no período em que o escalpo era um produto comercializável no ocidente e

em como ele foi retratado no livro, com sua escala da violência colonial e potência destrutiva de caráter único e expansivo, observamos que a fala de Holden tem um significado oculto, o inimigo, imaginário é uma força fundante da colonialidade, e os esforços da guerra contra esse(s) fantasmas é contínuo, mostrando-se na atualidade nas guerras norte-americanas no oriente distante, e ainda na repressão na fronteira mexicana, o muro tem antes um significado fictício de proteção a um inimigo que espelha o passado ausente da América, o sonho americano não poderá ser nublado por verdades inconvenientes, pois este ato de descoberta resultaria em uma incapacidade de aceitar a soberania em sua totalidade.

Os EUA mantêm hoje confinadas em campos de concentração mais de cem mil crianças refugiadas, como foi noticiado em larga margem na mídia internacional no dia 19 de novembro de 2019, o mal da fronteira. No instante em que o inimigo adentra o território é punido pela separação de famílias e pela interrupção da infância de cerca de cem mil crianças, o muro é mero folhetim ideológico, o que interessa à soberania estadunidense é reeditar os laços com o que há de mais chulo no colonialismo, para assim reafirmar a sua soberania. Dois filmes recentes reeditam o “western” e propagandeam uma visão altamente estereotipada e racista do povo mexicano são eles. “Sicario: Dia do Soldado” (2018) e “Rambo - Até o Fim” (2019), o segundo tem uma das cenas finais mais grotescas do cinema recente... Nela, Stallone invade a sede de um cartel e depois de matar todos os vilões mexicanos, acaba por arrancar com suas mãos o coração do último, o que deve ter causado um frisson quase sexual nos conservadores norte-americanos, e por tabela na extrema-direita brasileira.

Os traços recorrentes do poder soberano na fronteira que delimita o meio-oeste americano mudaram, hoje se moldam a outras circunstâncias presentes no colonialismo, no entanto a prática de violência contra o inimigo “mestiço” continua e são alarmantes as políticas de fronteira tocadas pelo então presidente Donald Trump, o espelho de Juiz Holden. Glanton e outros que habitavam na mera violência da conquista e dizimação do oeste, ainda vivem, e a guerra, por menos declarada que ela seja se mantém de pé. Enquanto a história não revelar os crimes cometidos e perdidos

no tempo por tais desbravadores (sancionados pelo soberano) o espelho da agonia continuará atuando em ambos os povos, e qualquer prática de alteridade se mostrará infundada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E estão dançando, o soalho de tábuas estrondeando sob as botas de montaria e os sorrisos hediondos dos violinistas pousados em seus instrumentos enviesados. Acima de todos assoma o juiz e ele está nu e dançando, seus pequenos pés animados e rápido se agora aceleram o passo e ele faz medidas para as damas, imenso e pálido e sem pelos como um enorme bebê. Ele nunca dorme, diz. Ele diz que nunca vai morrer. Ele faz medidas para os violinistas e recua na contradança e atira a cabeça para trás e ri guturalmente e é um grande favorito, o juiz. Meneia o chapéu e o domo lunar de seu crânio passeia pálido sob as lamparinas e ele baila pelo salão e se apossa de um dos violinos e dá piruetas e executa um passo, dois passos, dançando e tocando ao mesmo tempo. Seus pés são leves e ágeis. Ele nunca dorme. Ele diz que nunca vai morrer. Ele Dança sob a luz e sob a sombra e é um grande favorito. Ele nunca dorme, o juiz. Ele Está dançando, dançando. Ele diz que nunca vai morrer. (McCARTHY, 2009, p.348)

"Minhas asas estão prontas para o vôo,
Se pudesse, eu retrocederia
Pois eu seria menos feliz
Se permanecesse imerso no tempo vivo."
Gerhard Scholem, Saudação do anjo

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1987, p. 226)

O juiz segue ditando os rumos da América, como um alecrim enfeitado ele crê que nunca morrerá, mas há um fato que mesmo ele não poderá deter, o imponderável rumo ao progresso. O tempo segue seu curso, e a dança do juiz segue contínua e destrutiva, como um primeiro violino ele dá o tom e a violência sem precedentes da guerra e dos atos de soberania ainda imperam em nossa realidade.

O “Meridiano de Sangue” no correr de suas páginas debruça-se sobre a brutal existência presente no meio oeste, no qual o único código moral, ou a única lei seguida é a da violência, Pierre Clastres em “Arqueologia da Violência” dedica-se em um dos seus capítulos a estudar a questão da guerra na América ameríndia, e foi certo ao enunciar os hábitos pouco pacíficos de diversas sociedades ditas tribais, mas o que se

vê no confronto entre esses dois instantes de se perceber o mundo é que o colonizador apresenta uma outra face dos eixos que modelam o poder. E tal síntese é notada na prática da soberania, ou na figura do Estado.

A violência améríndia tratada no romance é bastante estética, mas não se configura como uma prática deliberada de extermínio:

O caminho foi se estreitando entre rochedos e após algum tempo chegaram a um arbusto de cujos ramos pendiam bebês mortos. Pararam lado a lado, hesitantes sob o calor. Aquelas pequenas vítimas, sete, oito delas, haviam sido perfuradas no maxilar inferior e estavam desse modo penduradas pelas gargantas nos galhos partidos de um pé de prosopis para fixar cegamente o céu nu. Calvas e pálidas e inchadas, larvais de algum ser indefinido. (McCARTHY, 2009, p.27)

Já a marcha pelos escalpo(s) conduzidas pelo Governador Trias e pelo bando de Glanton homologa uma prática totalmente diferente de violência daquela conhecida pelos aborígenes da região norte-americana, uma voltada exclusivamente ao olvido dos povos originários, desde a sua cultura, forma de trabalho e por fim as vidas dos primeiros habitantes da região, e todo esse enredo resultava em um mero negócio para os governantes.

Este trabalho buscou esmiuçar a partir do romance “Meridiano de Sangue”, o poder da construção de narrativas, no cenário do oeste norte-americano, evidenciando o primeiro sintoma dessa nova forma de colonialismo presente no “Destino Manifesto”, depois nas inúmeras práticas de violência perpetradas por Kid e seus colegas ao longo do romance.

As linhas que tecem a história norte-americana são imbricadas por incontáveis laços, e é nesse labirinto com tantas bifurcações em que o romance se situa, mostrando páginas da história estadunidenses pouco conhecidas do público, dentre as quais corrida pelo escalpo que precedeu ao ouro na Califórnia, a forma como construíram o imaginário do bom colono desbravador do oeste, através essencialmente do Destino Manifesto, e em como juiz Holden utiliza da manipulação história para acender o clamor soberano.

Ao término desta pesquisa espero ter elucidado que a violência presente no Juiz Holden é de face colonial. E em que pese a modernidade Holden mostrou-se um dos seus fundadores no contexto norte-americano aplicado ao romance. Recorrendo a exceção (amparado pelo Estado) o Juiz revelou-se como um demiurgo adepto da mera violência, cujo o único intuito era controlar a vida biopolítica dos seus “súditos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua**. Belo Horizonte:UFMG, 1999.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução de Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: Obras escolhidas I: **Magia e Técnica, Arte e Política**. Trad. S.P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, W. Crítica da violência – Crítica do poder. Tradução de Willi Bolle. In: BENJAMIN, W. **Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos**. São Paulo: Edusp; Cultrix, 1986. p. 160-175.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- BOLÃO, Roberto. **Noturno do Chile**. SP, Cia das Letras, trad. Rodrigo Brandão, 2004.
- BOLAÑO, Roberto. **2666**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.
- BORGES, Jorge Luis. **Ficções** In.: _____. Obras completas. Volume I; vários tradutores. São Paulo: Globo, 1999.
- BOSSEVAIN, Josh. **"Blood Meridian and the "Creation" of Historical Narrative. "Center for the American West."** Web. 1 2012. <<http://centerwest.org/wp-content/uploads/2011/01/blood.pdf>>.
- BREWTON, Vince. The Changing Landscape of Violence in Cormac McCarthy's Early Novels and the Border Trilogy. In: **BLOOM, Harold (Ed.). Cormac McCarthy. Nova Iorque: Infobase Publishing, 2009. p. 63-83.**
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naify, 2011

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 25-34.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

JASINSKI, Shawn Mark. “**Judge Holden and the Violence of Erasure: Blood Meridian’s Historical Skepticism**”. *Modern Horizons Journal* (November 2011). Web.<<http://modernhorizonsjournal.ca/wp-content/uploads/Issues/201111/Issue-201111-1-Jasinski.pdf>>.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In:

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. *Artes & Ensaios*, v. 32, 2016, p. 123-151.

MCCARTHY, Cormac. **A travessia**. Tradução José Antônio Arantes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MCCARTHY, Cormac. **Meridiano de Sangue ou O Rubor Crepuscular no Oeste**; tradução de Cássio Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

- NEWLAND, Trevor. **JudgeE Holden's War Dance: Manifest Destiny and Evil in Cormac McCarthy's Blood Meridian**. The University of British Columbia, 2000.
- ROBESPIERRE, Maximilien. **Virtude e Terror**. Traduzido por José Maurício Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- SANTOS, Thiago Oliveira. **The style of our age [manuscrito]: Estudo sobre três romances americanos contemporâneos**, 2017.
- SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Petrópolis, Vozes, 1992,
- SULLIVAN, Joseph. **"Blood and time': Cormac McCarthy's Writing of the American Epic in Blood Meridian: Or, The Evening Redness in the West"**By, 2012
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo, Cosac & Naify, 2012
- ŽIŽEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo:Boitempo, 2014.

